PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS /RN

PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

INFORMAÇÃO GERAIS DA GESTÃO MUNICIPAL E DOS COMITÊS

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO

PREFEITO: CLÉCIO DA CÂMARA AZEVEDO

1. - Marcela de Lima Delgado – Coordenadora de meio ambiente – Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 99674-2636 - marcela11delgado@hotmail.com;

2. - Felipe Augusto Ribeiro Figueredo – Secretário Municipal de Saúde - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 98716-7098 - saude@bomjesus.rn.gov.br

3. - Camila Vasconcelos de Arruda Oliveira – Coordenadora geral da saúde - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 98835-6511- camila.v.arruda@gmail.com

4. - Allana Milena Leandro Diogo Silvestre – Coordenadora de Atenção Básica - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN – (84) 98883-6942 - allanavip@hotmail.com;

5. - Elizabeth Vasconcelos de Arruda Oliveira – Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social - Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social - (84) 98742-1330 - assistencia@bomjesus.rn.gov.br

6. - Marcos Antônio Salvador – Coordenador de vigilância sanitária - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN – (84) 98819-5229 – mas_salvador@hotmail.com;

7. - Janilton Rodrigues Ataíde Filho – Secretário Municipal de Obras – Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN – (84) 98839-6466

8. - Altemar Douglas Bezerra de Azevedo Silva – Secretário Municipal de Educação e Cultura – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bom Jesus/RN – (84) 98822-2547 – altemardouglasb@yahoo.com.br

COMPOSIÇÃO COMITÊ DE EXECUÇÃO

1. - Marcela de Lima Delgado – Coordenadora de meio ambiente – Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 99674-2636 - marcela11delgado@hotmail.com;

2. - Janilton Rodrigues Ataíde Filho – Secretário Municipal de Obras – Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN – (84) 98839-6466 - obras@bomjesus.rn.gov.br

3. - Marcos Antônio Salvador – Coordenador de vigilância sanitária - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN – (84) 98819-5229 – mas_salvador@hotmail.com;

4. - Debora Cristina de Souza Peixoto – Enfermeira - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 98741-6599 - debyepeixoto@yahoo.com.br;

5. - Altemar Douglas Bezerra de Azevedo Silva – Secretário Municipal de Educação e Cultura – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bom Jesus/RN – (84) 98822-2547 – altemardouglasb@yahoo.com.br

6. - Nadson Tales Lins - Educador físico – Educador físico - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 98602-8065 – administracao@bomjesus.rn.gov.br

7. - Francisco das Chagas Azevedo – Secretário Municipal de Agricultura – Secretaria Municipal de Agricultura - (84) 3253-2209 - agricultura@bomjesus.rn.gov.br

8. - Allandson Leandro Diogo - Estudante de engenharia civil da Universidade Potiguar - Estagiário de engenharia civil - (84) 98759-5831 – allandsonprime23@hotmail.com

9. - Ivanca de Medeiros Dantas - Estudante de engenharia ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- Estagiária de engenharia ambiental - (84) 99930-3241 – ivancamedeiros@hotmail.com

10. - João Maria Gomes de Azevedo - operador de sistemas – Chefe de escritório da Caern Bom Jesus/RN – (84) 3253-2509 – jmga@caern.com.br

11. - Romildo Bezerra da Silva – coordenador de coleta de lixo – Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN – (84) 99165-2323

12. - Felipe Augusto Ribeiro Figueredo – Secretário Municipal de Saúde - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 98716-7098 - saude@bomjesus.rn.gov.br

13. - Camila Vasconcelos de Arruda Oliveira – Coordenadora geral da saúde - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 98835-6511- camila.v.arruda@gmail.com

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 8
1.2 Caracterização dos Municípios 9
1.2.1. Perfil Histórico, Econômico, Populacional e Cultural 9
1.2.2 Principais Rodovias 10
1.2.3 Atividades econômicas e de organização social 10
1.3 TRANSPORTES 14
1.4 TIPO DE COMBUSTÍVEL UTILIZADOS – 2003 14
1.5 SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO – 2010 14
2. MARCOS LEGAIS E TEÓRICOS DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL 15
2.1. Mobilização Social no contexto do Saneamento Básico 15
2.2. Marcos legais do Plano de Mobilização Social – PMS 16
3. OBJETIVOS 20
3.1. Objetivo Geral 21
3.2. Objetivos Específicos 22
4. FORMAÇÃO DOS COMITÊS DE COORDENAÇÃO E EXECUTIVO 24
4.1 Composição dos comitês no município de Bom Jesus/RN 25
5. REUNIÕES DE PLANEJAMENTO DAS AÇÕES 27
6. METODOLOGIA DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL 29
6.1 Atores Sociais e Público Alvo 29
6.1.2. Público Alvo 31
6.2 Etapas da execução do Plano de Mobilização 34
6.2.1 Setorização Municipal 34
6.2.2 Sensibilização 43
6.2.3 Diagnóstico Técnico-Participativo do Saneamento Básico 46
6.2.4 Prognósticos e alternativas para o Saneamento Básico 48
6.2.5 Plano de Execução - Programas, Projetos e Ações 50
6.2.6 Conferência Municipal do PMSB 52
6.2.7 Cronograma das Ações Previstas 55
6.2.8. Acompanhamento das Atividades Desenvolvidas 56
6.3 Definição dos mecanismos e procedimentos de monitoramento 56
7. COMUNICAÇÃO SOCIAL 57
7.1 Plano de Comunicação Social para a elaboração do PMSB 58
7.1.1 Ações de Comunicação 59

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO

COMITÊ DE COORDENAÇÃO

1. - Marcela de Lima Delgado – Coordenadora de meio ambiente – Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 99674-2636 - marcela11delgado@hotmail.com;

2. - Felipe Augusto Ribeiro Figueredo – Secretário Municipal de Saúde - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 98716-7098 - saude@bomjesus.rn.gov.br

3. - Camila Vasconcelos de Arruda Oliveira – Coordenadora geral da saúde - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 98835-6511- camila.v.arruda@gmail.com

4. - Allana Milena Leandro Diogo Silvestre – Coordenadora de Atenção Básica - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN – (84) 98883-6942 - allanavip@hotmail.com;

5. - Elizabeth Vasconcelos de Arruda Oliveira – Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social - Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social - (84) 98742-1330 - assistencia@bomjesus.rn.gov.br

6. - Marcos Antônio Salvador – Coordenador de vigilância sanitária - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN – (84) 98819-5229 – mas_salvador@hotmail.com;

7. - Janilton Rodrigues Ataíde Filho – Secretário Municipal de Obras – Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN – (84) 98839-6466

8. - Altemar Douglas Bezerra de Azevedo Silva – Secretário Municipal de Educação e Cultura – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bom Jesus/RN – (84) 98822-2547 – altemardouglasb@yahoo.com.br

COMITÊ EXECUTIVO

1. - Marcela de Lima Delgado – Coordenadora de meio ambiente – Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 99674-2636 - marcela11delgado@hotmail.com;

2. - Janilton Rodrigues Ataíde Filho – Secretário Municipal de Obras – Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN – (84) 98839-6466 - obras@bomjesus.rn.gov.br

3. - Marcos Antônio Salvador – Coordenador de vigilância sanitária - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN – (84) 98819-5229 – mas_salvador@hotmail.com;

4. - Debora Cristina de Souza Peixoto – Enfermeira - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 98741-6599 - debyepeixoto@yahoo.com.br;

5. - Altemar Douglas Bezerra de Azevedo Silva – Secretário Municipal de Educação e Cultura – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bom Jesus/RN – (84) 98822-2547 – altemardouglasb@yahoo.com.br

6. - Nadson Tales Lins - Educador físico – Educador físico - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 98602-8065 – administracao@bomjesus.rn.gov.br

7. - Francisco das Chagas Azevedo – Secretário Municipal de Agricultura – Secretaria Municipal de Agricultura - (84) 3253-2209 - agricultura@bomjesus.rn.gov.br

8. - Allandson Leandro Diogo - Estudante de engenharia civil da Universidade Potiguar - Estagiário de engenharia civil - (84) 98759-5831 – allandsonprime23@hotmail.com

9. - Ivanca de Medeiros Dantas - Estudante de engenharia ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- Estagiária de engenharia ambiental - (84) 99930-3241 – ivancamedeiros@hotmail.com

10. - João Maria Gomes de Azevedo - operador de sistemas – Chefe de escritório da Caern Bom Jesus/RN – (84) 3253-2509 – jmga@caern.com.br

11. - Romildo Bezerra da Silva – coordenador de coleta de lixo – Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN – (84) 99165-2323

12. - Felipe Augusto Ribeiro Figueredo – Secretário Municipal de Saúde - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 98716-7098 - saude@bomjesus.rn.gov.br

13. - Camila Vasconcelos de Arruda Oliveira – Coordenadora geral da saúde - Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus/RN - (84) 98835-6511- camila.v.arruda@gmail.com

Plano de Mobilização Social

1. INTRODUÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar o Plano de Mobilização Social, o qual subsidiará a elaboração do Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB.

O Plano de Mobilização Social será elaborado com base no Projeto "Capacitação e apoio técnicos à elaboração de minuta de Planos Municipais de Saneamento Básico de municípios do estado do Rio Grande do Norte" e no Termo de Referência da FUNASA (2012)[1].

O Plano de Mobilização Social visa desenvolver ações para a sensibilização da sociedade quanto à relevância do PMSB e da sua participação no processo de elaboração do mesmo.

Mobilização Social não pode ser confundida com manifestações públicas isoladas ou passeatas, comuns no cenário brasileiro nas últimas décadas. A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade organizada, age provocado por um chamamento para atingir um objetivo determinado. O convite nasce de um planejamento para que todo o grupo envolvido possa ter um propósito específico. Convocar significa induzir a discussões, decisões e ações. A participação depende da vontade de cada ator envolvido, constituindo-se assim num ato de liberdade (Prefeitura Municipal de Belford Roxo, 2013).

Da mesma forma, o plano de Mobilização Social não pode ser confundido com a criação de uma peça publicitária. A mobilização no campo do saneamento básico não se circunscreve apenas à elaboração do plano em si, mas a conscientização da população para a preservação dos recursos naturais e a efetivação da política pública, como a participação da população beneficiaria, que tem papel fundamental na elaboração, na implementação, no monitoramento e na avaliação dos resultados das ações adotadas.

O Plano de mobilização tem como objetivo geral propor estratégias, espaços e instrumentos que possibilitem estimular a atuação e a proposição dos diversos sujeitos

[1] FUNASA - Fundação Nacional de Saúde. Ministério da Saúde. **Termo de referência para elaboração de planos municipais de saneamento básico**: procedimentos relativos ao convênio de cooperação técnica e financeira da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA/MS. Brasília, 2012. 68 p.

sociais na construção e no controle social da política pública de Saneamento Básico do município de Bom Jesus/RN.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

1.2.1. Perfil Histórico, Econômico, Populacional e Cultural

Em 1820, o povoado apresentava sinais de crescimento e seus direitos de posse foram dados ao Sr. Félix do Rego Barros, e, lagoa da Panela passou a se chamar Capoeiras, só voltando ao seu nome original depois de muitos anos. Segundo Ferreira Nobre, no ano de 1877, Panelas era um povoado com policiamento e feira.

A comunidade permaneceu com o nome Panelas até o dia 10 de novembro de 1936, quando por força da Lei Estadual nº 31, seu nome foi mudado para Bom Jesus. No dia 11 de maio de 1962, através da Lei nº 2.794, Bom Jesus desmembrou-se de Senador Eloi de Souza e tornou-se um novo município do Rio Grande do Norte.

O município de Bom Jesus está localizado na Microrregião do Agreste Potiguar, ocupa uma área de 122,03 Km^2, equivalendo a 0,25% da superfície estadual e sua distância até a capital do Estado é de 46Km. Limita-se ao Norte com os municípios de São Pedro e Macaíba, ao Sul com Boa Saúde, ao Leste com Macaíba e a Oeste com Senador Eloi de Souza, com acesso através da BR 226 (IDEMA, 2000).

Município de clima muito quente e semi-árido, com estação chuvosa adiantando-se para o outono. O período chuvoso do município compreende os meses de março a julho. A média de temperaturas anuais do município varia de 21°C a 33 ºC e tem uma umidade relativa média anual de 74%.

De acordo com dados do censo 2010, nosso município conta com uma população de 9.440 habitantes, dos quais 72% residem na zona urbana e 28% na zona rural. A atividade econômica do município conta com a agricultura de subsistência, e a pecuária com a criação bovina e caprina. Na área da cultura destacam-se os festejos juninos, grupos teatrais e rodas de capoeira. O padroeiro do município, Sagrado Coração de Jesus, é festejado no mês de junho (data móvel). Limites, Localização e Divisões Territoriais

Bom Jesus limita-se ao norte com o município de Macaíba, ao sul com Senador Elói de Souza, a leste com Macaíba e parte de Boa Saúde e a oeste com São Pedro (IBGE. Vol. 5, 2000, p.49). Suas coordenadas geográficas são: latitude: 5º 59’ 02” Sul e longitude: 35º 34’ 53” Oeste. Ocupa uma área de 122,03 Km2, equivalente a

0,25% da superfície estadual. A distância em relação a capital é de 46 Km, e a altitude da sede é de 98 metros.

A zona urbana de Bom Jesus é dividida em cinco bairros, que são: Centro, Bairro da Caixa d'água, Loteamento Almir Freire, Conjunto da Cohab e Conjunto Aírton Sena. Já a zona rural é dividida em vinte e oito distritos, que são: Muquém, Sítio 29, Lagoa do Mel, Lameiro, Fazenda Alvorada, Santa Rita, Santa Catarina, Riacho Fundo, Tanques de Baixo, Tanques do Meio , Tanques de Cima, Pau d'arco, Lagoa das Piabas, Maleitas, Capim de Cima, Capim de Baixo, Lagoa do Peixe, Lagoa das Bestas, Tanque dos Carvalhos, Pedra Redonda, Grossos, Passagem Comprida, Três Lagoas, Lagoa dos Bezerros, Félix Lopes, Boa Vista, Bela Vista e Pavilhão.

1.2.2 Principais Rodovias

O município de Bom Jesus é cortado pela BR 216, que é a principal via de cesso, já que além dela temos apenas algumas ruas pavimentadas na zona urbana e muitas estradas, sem pavimentação, que dá acesso à zona rural e alguns municípios vizinhos.

1.2.3 Atividades econômicas e de organização social

PRODUTOS AGRÍCOLAS - 2006

Produto	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)
Algodão herbáceo	30	22	15	9
Batata-doce	-	-	4	20
Feijão	1.250	594	310	62
Mandioca	300	3.600	140	1400
Milho	1.050	410	47	12
Banana	9	103	9	103
Castanha de caju	200	66	240	56
Coco-da-baia	20	59	20	59
Goiaba	-	-	4	12
Laranja	-	-	1	12
Limão	-	-	1	4
Mamão	-	-	6	78
Manga	10	73	10	200
Maracujá	-	-	2	26

Fonte: Manual do IDEMA.

EFETIVO DE REBANHO – 2003/2006

Tipo	Quantidade 2003	Quantidade 2006
Bovinos	8.041	10606
Suínos	702	847
Eqüinos	386	417
Asininos	188	221
Muares	99	117
Ovinos	2.422	3107
Caprinos	417	515

Fonte: Manual do IDEMA.

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – 2003/2006

Produto	Produção 2003	Produção2006
Leite (1.000 litros)	2.673	3574
Ovos de Galinha (1.000 dz.)	22	22
Mel de Abelha (kg)	-	700

Fonte: Manual do IDEMA.

PRODUTOS FLORESTAIS NATIVOS – 2003/2006

Produto	Quantidade Produzida (t) 2003	Quantidade Produzida (t) 2006
Lenha (m3)	2.979	
Carvão vegetal (t)	6	
Umbu - fruto	15	

Fonte: Manual do IDEMA.

CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA, SEGUNDO O GRUPO DE
CLASSE DE ATIVIDADE ECONÔMICA – 1996

	Estabelecimentos	Área (há)
Proprietário	270	13 506
Arrendatário	55	171
Parceiro	10	47
Ocupantes	147	1 253

Fonte: Manual do IDEMA.

COMÉRCIO SETOR DE ALIMENTOS – 2011

Tipo de Estabelecimento	Quantidade
Supermercados	2
Mercados	6
Mercadinhos	30
Restaurantes	5
Pizzaria	1
Panificadoras	11
Lanchonetes	12
Galeterias/Açougue	3
Bares	40
Sorveteria	2
Ambulantes	300
Mercearia	13
Atacadista/Depósito de alimentos	1
Feira Livre	1
Produção Artesanal de Alimentos	30
Pizzaria	1
Fabrica de Leite	1
Fabrica de Sorvetes	1
Cigarreira/Quiosques	7
Churrascaria	1

Fonte: COVISAM - Coordenadoria de Vigilância Sanitária de Bom Jesus / RN.

COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SETOR DE MEIO AMBIENTE

Estabelecimentos	Quantidade
Academias de Ginástica	1
Salão de Cabeleireiro	12
Manicura e Pedicura	2
Depilação	1
Autopeças / motos / bicicletas	4
Oficinas	25
Borracharias	5
Casa de Rações	3
Depósitos de Materiais de Construções	6
Lava Jato	2
Posto de Gasolina	2
Casa Lotérica	1
Agência do Correio	1
Casa de Jogos	5
Funerária	1
Lojas de Roupas	18
Lojas de Móveis	4
Vídeo Game	10
Ambulantes	150
Depósito de gás	2

Fonte: COVISAM - Coordenadoria de Vigilância Sanitária de Bom Jesus / RN.

SETOR PÚBLICO

Estabelecimentos	Quantidade
Bibliotecas	1
Quadra de Esportes	2
Campo de Futebol	4
Ginásio de Esportes	1
Estádio Municipal	1
Secretarias	9
Sede da Prefeitura	1
Praças Públicas	3
Clube de Mães	2
Casa de idosos	1
Sindicato	2
Salão para reuniões e Festas	3
EMATER	1
CAERN	1
Galpão da Feira Livre	1
Mercados Públicos	1

Fonte: COVISAM - Coordenadoria de Vigilância Sanitária de Bom Jesus / RN.

– Veículos Registrados por Tipo de Veículo – 2007

Total	745
Automóvel	335
Motocicleta	254
Caminhonete	12
Caminhão	46
Ônibus	4
Motoneta	8
Microônibus	2
Camioneta	71
Semi-reboque	5
Outros	8

1.3 TRANSPORTES

Tipo de veículo – 2003	Quantidade
Automóveis	228
Motocicletas	152
Ônibus	5
Caminhonete	5
Caminhão	27
Outros	69
Total	486

Fonte Manual do IDEMA.

1.4 TIPO DE COMBUSTÍVEL UTILIZADOS – 2003

Combustível	Quantidade de veículos
Álcool	75
Gasolina	341
Diesel	49
Gás Natural	-
Outros	21
Total	486

Fonte: Manual do IDEMA.

1.5 SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO – 2010

Transporte municipal é realizado pela prefeitura, através de veículos próprios e contratados. O transporte intermunicipal é realizado por quatro empresas (Jardinense, Nordeste, Alves e Rio Grandense), além das empresas citadas ainda realizam esse transporte diversos transportes alternativos.

Fonte: Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN.

2. MARCOS LEGAIS E TEÓRICOS DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

2.1. MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO SANEAMENTO BÁSICO

Alcançar importantes metas sociais não é trabalho para uma única pessoa. Na verdade, a máxima *"se quer ir rápido vá sozinho, mas se quer ir longe vá em grupo"* define totalmente como deve ser a construção de qualquer trabalho de cunho social. Isso porque a sociedade precisa estar ciente de que suas ações, ou a omissão delas, definem, no fim das contas, a realidade que ela mesma viverá.

Nesse sentido, a Mobilização Social se torna a chave para o alcance dos grandes objetivos que a sociedade vislumbra, pois, a unificação comunitária que a mobilização traz e os frutos que ela rende são a arma mais poderosa que um ente público pode ter; haja vista que cada pessoa conhece com mais proximidade o espaço em que vive e a união do conhecimento dessas pessoas dá fidedignidade a construção de um diagnóstico de uma comunidade inteira.

Mobilização Social, segundo Toro (1996, p.5), é "convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados". Quando se esmiúça essa definição entende-se que existem dois pontos importantes no ato de mobilizar: **convocar vontades e criar um sentimento de propósito comum**.

A convocação de vontades, ou seja, o ato de convidar alguém para participar, por livre escolha, de um processo de mudança social construído quotidianamente é o que diferencia a Mobilização Social de uma passeata ou a concentração de pessoas numa praça (TORO, 1996). Este é um ponto chave para o engajamento da sociedade, pois decidir transformar a realidade em que se vive é mais forte do que ser obrigado.

O segundo atributo crucial do ato de mobilizar é a criação do sentimento de desejo comum, ou seja, da intenção de chegar num objetivo que é de interesse de todos. Qualquer indivíduo se sente mais forte quando está em grupo, por isso criaram-se nossas civilizações e sociedades. Este sentimento de pertencimento a uma causa precisa ser central na Mobilização Social, pois é ele que garantirá o esforço de cada pessoa mobilizada.

Dentro do contexto do saneamento básico, pode-se pensar na mobilização como uma ferramenta para alcançar a melhoria das estruturas das cidades que se habita, com impacto positivo para a saúde e o bem-estar social assim como para efetivar a lei

11.445, de 5 de janeiro de 2007, que prevê, no seu inciso IV do artigo 3º, a participação da sociedade no processo de elaboração dos planos de saneamento básico.

O Plano de Mobilização Social tem a intenção de estruturar uma série de táticas e promoções que, na prática, consolidem os dois atributos importantes do ato de mobilizar: convocar a sociedade e criar o sentimento de objetivo em comum. Para tanto, deve-se sensibilizar a população de cada município sobre a crucialidade de se elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

Esse conjunto de táticas e formas de promover a ideia do PMSB deve sugerir como serão dados os canais de participação para elaboração do plano, assim como os canais de avaliação das atividades desenvolvidas ao longo do tempo. Toda essa estruturação do Plano de Mobilização Social visa dar legitimidade ao processo de produção do PMSB, visto que a participação social está prevista inúmeras vezes nos documentos oficiais.

2.2. MARCOS LEGAIS DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL – PMS

Dos documentos jurídicos que dispõem sobre a mobilização social, mais especificamente relacionada ao saneamento básico municipal, podem ser citadas: a Constituição Federal de 1988; a Lei 10.257/2001, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana; e a Lei 11.445/2007, que dispõe sobre as diretrizes da lei nacional de saneamento básico.

Segundo a Constituição Federal de 1988, é preciso considerar os seguintes pontos em relação ao plano de mobilização e a política de saneamento básico:

a) Art. 6º - O direito social a saúde;
b) Art. 196º - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;
c) Art. 225º - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;
d) Inciso VI, Art. 225º - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Todos esses termos remetem a importância do tratamento adequado da questão social da Saúde, diretamente ligada a produção do Plano Municipal de Saneamento Básico. Percebe-se nos artigos retirados da Carta Magna a centralidade do direito a saúde que todo cidadão brasileiro deve ter, através da adequação estrutural, econômica e educacional de cada município para tal finalidade.

Ainda segundo outra legislação brasileira, que dispõem sobre pontos que remetem a relação da mobilização social com a efetivação das políticas de saneamento básico, a Lei 10.257/2001, conhecida como o Estatuto das Cidades, é preciso considerar os seguintes pontos:

a) Inciso I, Art. 2º - A garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana [...] para as presentes e futuras gerações;
b) Inciso II, Art. 2º - A gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
c) Inciso VI, G e F, Art. 2º - A ordenação e controle do uso do solo, de forma que evite a deterioração das áreas urbanas, a poluição e a degradação ambiental.

Já na lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes do sistema nacional de saneamento básico, no tocante a efetivação do direito a saúde e os princípios que regem a efetivação dessa lei, destaca-se, no seu Art. 2º:

a) Universalização do acesso;
b) Integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
c) Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;
d) Disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

e) Adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

f) Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

g) Eficiência e sustentabilidade econômica;

h) Utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

i) Transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

j) **Controle social**;

k) Segurança, qualidade e regularidade;

l) Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;

m) Adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.

No inciso IV, do Art. 3º, a Lei 11445/2007 estabelece que **controle social** é o conjunto de mecanismos e procedimentos que **garantem à sociedade informações**, representações técnicas e **participações nos processos de formulação de políticas**, **de planejamento e de avaliação** relacionados aos serviços públicos de saneamento básico. Para isso os titulares dos serviços de saneamento básico devem definir **normas e mecanismos de controle social** nas atividades de **prestação**, **planejamento, regulação e fiscalização** dos serviços (inciso V, do art. 11), estabelecendo os meios de disponibilização das informações sobre saneamento e qualificando o processo de participação social.

Analisando todos esses documentos oficiais é possível aferir que existe uma série de pontos que devem ser tratados com perspicácia pelos gestores municipais e suas equipes, na intenção de que haja efetivação dos direitos assegurados por lei, assim como efetivação da participação social que, se bem observado, é um quesito que perpassa por todas as legislações relacionadas até aqui.

No tocante da esfera local, nas disposições da lei orgânica do município, 01 de 11 de fevereiro de 2009, em seu Art. 6º, afirma-se que: "Todos têm direito a participar, pelos meios legais, das decisões do Município e do aperfeiçoamento democrático de

suas instituições, exercendo a soberania popular pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, além do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular no processo legislativo.” Ratificando o processo de participação popular como fundamental no exercício da cidadania.

Todos os pontos elencados têm relação direta com a participação social, pois, de acordo com o inciso V do Art. 9º, deve haver controle da sociedade e efetiva participação nas políticas de saneamento básico, ou seja, na sua produção documental, infraestrutural e acompanhamento da prestação dos serviços. Dessa maneira, entende-se que, de acordo com a lei 11.445/2007 é requisito indispensável a participação da sociedade no Plano Municipal de Saneamento Básico através da mobilização social, compreendida como o processo de convocar pessoas para participar de um sonho em comum, um objetivo que todos querem alcançar, e dever dos gestores e de suas equipes designadas para tanto.

3. OBJETIVOS

De forma geral os objetivos aqui apresentados seguem a normativa exposta pelo Termo de Referência (TR) da FUNASA (2012) e as prerrogativas legais. Com esse instrumento, que faz parte do planejamento das ações, visa-se reforçar a necessidade de se construir e fortalecer canais de comunicação junto aos agentes públicos que possibilite o envolvimento da população para, primeiramente, a **compreensão das atividades propostas** no seu cotidiano, que é marcado por questões políticas, orçamentárias, burocráticas e que compõem o próprio movimento da sociedade em que se vive.

No Quadro 01, ressalta-se a importância de alguns objetivos que devem ser alcançados com a aplicação do formato participativo da elaboração do PMSB.

Quadro 01 - Objetivos da Participação Social

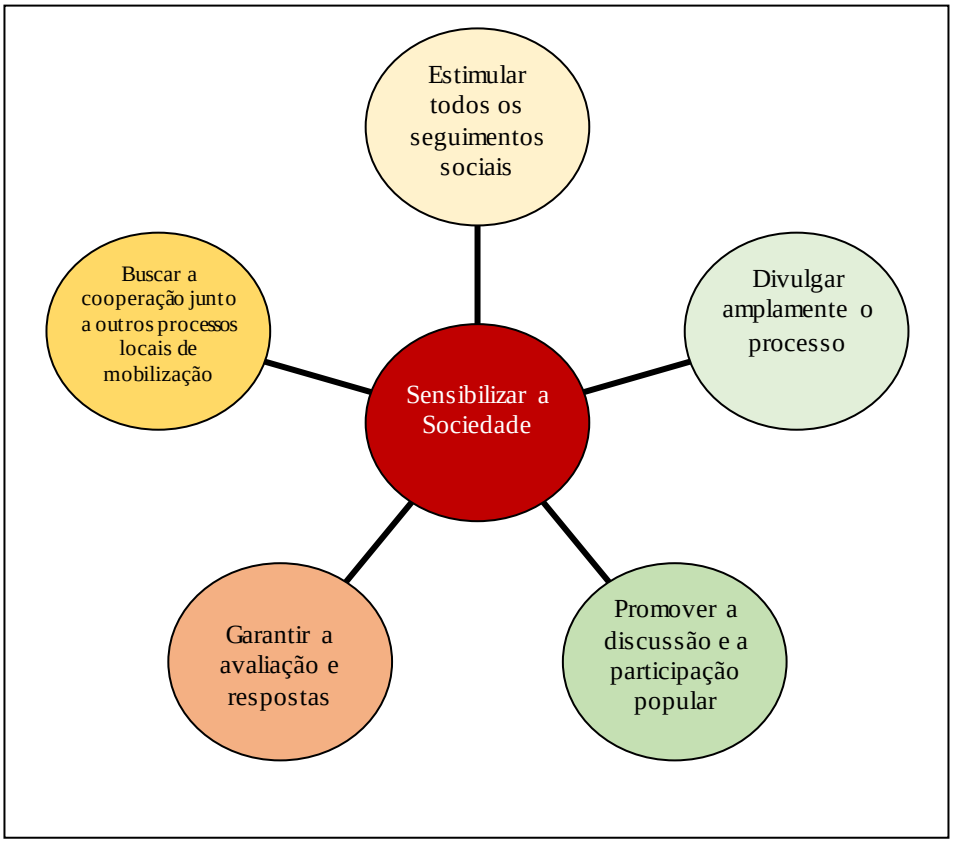
Fases	**Objetivos**
Todas as fases	➢ Apresentar caráter democrático e participativo, considerando sua função social; ➢ Envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas de salubridade ambiental e saneamento básico, e suas implicações; ➢ Sensibilizar a sociedade para a importância de investimentos em saneamento básico, os benefícios e vantagens; ➢ Conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos naturais; ➢ Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental; ➢ Sensibilizar os gestores e técnicos municipais para o fomento das ações de educação ambiental e mobilização social, de forma permanente, com vistas a apoiar os programas, projetos e ações de saneamento básico a serem implantadas por meio do PMSB.
Diagnóstico técnico-participativo	➢ Considerar as percepções sociais e conhecimentos a respeito do Saneamento; ➢ Considerar as características locais e a realidade prática das condições econômico-sociais e culturais; ➢ Considerar a realidade prática local das condições de saneamento e saúde em complemento às informações técnicas levantadas ou fornecidas pelos prestadores de serviços; ➢ Considerar as formas de organização social da comunidade local.
Prognóstico e Planejamento estratégico – Cenário de Referência	➢ Considerar as necessidades reais e os anseios da população para a definição do cenário de referência futuro; ➢ Considerar o impacto socioambiental e sanitário dos empreendimentos de saneamento existentes e os futuros para a qualidade de vida da população.
Programas, Projetos e Ações para Alcance do Cenário de Referência	➢ Considerar as necessidades reais e os anseios da população para a hierarquização da aplicação de programas e seus investimentos; ➢ Considerar o ponto de vista da comunidade no levantamento de alternativas de soluções de saneamento, tendo em conta a cultura, os hábitos e as atitudes em nível local.

Fases posteriores: Execução, avaliação e previsão do PMSB	➢ Estimular a prática permanente da participação e mobilização social na implantação da política municipal de saneamento básico; ➢ Estimular a criação de novos grupos representativos da sociedade não organizada sensibilizados e com conhecimentos mínimos de saneamento básico para acompanhar e fiscalizar a execução do PMSB.

Fonte: FUNASA, Termo de Referência, 2012.

Nesses termos, o Plano de Mobilização deve ser direcionado para uma transformação mais ampla da realidade de intervenção e que ao mesmo tempo tenha um caráter operacional (Figura 1).

Figura 1 - Diagrama da Sensibilização da Sociedade



Fonte: PMSB de Juazeirinho (PB)

3.1. OBJETIVO GERAL

O Plano de Mobilização Social tem como objetivo geral promover e organizar a interação da população na elaboração do Plano de Saneamento Básico do município. Para que a participação da população se efetive, serão adotados os objetivos específicos traçados no termo de referência da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para a participação social.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Envolver todos os segmentos sociais na discussão das potencialidades, problemas de salubridade, de saneamento e suas implicações no decorrer das etapas do PMSB, priorizando as necessidades e anseios da população local;
b) Garantir que os eventos sejam abertos à participação da comunidade local, sem distinção político partidária, de credo religioso, gênero ou raça;
c) Identificar as formas de organização social da comunidade local;
d) Sensibilizar a sociedade para a importância de investimentos em saneamento básico, seus benefícios e vantagens;
e) Garantir a divulgação de informações quanto à execução das etapas de realização do PMSB, dos eventos previstos e propostas elencadas, e o cronograma de atividades;
f) Garantir mecanismos de divulgação e comunicação para a disseminação e o acesso às informações na fase de Diagnóstico e estudos preliminares dos serviços prestados, quando do início da elaboração do PMSB;
g) Descrever as características, a realidade prática das estruturas econômico-sociais e culturais locais de forma participativa;
h) Estabelecer canais para recebimento de sugestões e comentários, em todas as fases do PMSB, garantindo a avaliação e resposta a todas as propostas apresentadas;
i) Identificar percepções sociais, conhecimentos e anseios da população a respeito do Saneamento Básico;
j) Identificar alternativas de soluções de saneamento, com base na cultura, hábitos, percepções e atitudes da população, em nível local;
k) Desenvolver e estimular a participação e o acompanhamento por parte dos delegados e ou conselheiros eleitos, seja no Conselho da Cidade ou em qualquer outro que opção pela Lei Municipal de saneamento Básico;
l) Sensibilizar gestores e técnicos municipais para o fomento de ações de educação ambiental e mobilização social de forma permanente, com vistas a apoiar os programas, projetos e ações de saneamento básico a serem implantadas por meio do PMSB;

m) Estabelecer parcerias com os conselhos municipais e com outras instancias de participação popular existentes no município como: comissões setoriais, associações de moradores, movimentos sociais etc.

4. FORMAÇÃO DOS COMITÊS DE COORDENAÇÃO E EXECUTIVO

O Comitê de Coordenação e o Comitê Executivo serão responsáveis pela elaboração da Política Pública de Saneamento e do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), que envolve a realização do diagnóstico, do prognóstico, dos planos e projetos, assim como discutir e subsidiar o legislativo a criação da Lei Municipal de Saneamento Básico.

O Comitê Executivo será o responsável pela operacionalização e produção técnica do processo de elaboração do PMSB, e terá a seguinte composição:

I- Representantes do Poder Executivo:

- Secretário Municipal de Meio Ambiente ou cargo equivalente (Marcela de Lima Delgado)
- Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social (Elizabeth Vasconcelos de Arruda Oliveira)
- Representante da Secretaria Municipal de Saúde (Felipe Augusto Ribeiro Figueredo)
- Representante da Secretaria Municipal de Obras (Janilton Rodrigues Ataíde Filho)
- Representante da Secretaria Municipal de Educação (Altemar Douglas Bezerra de Azevedo Silva)

II- Representante da Câmara de Vereadores:

- Um representante indicado pela câmara (Leonardo Gomes de Figueiredo)

III- Representantes dos Prestadores de Serviço:

- Um representante que atue no município.

IV- Outras Instituições:

- Representantes de Conselhos Municipais e Comitês Gestores
- Representante da Universidade (apoio técnico);

O Comitê de Coordenação deverá validar os produtos do PMSB, e demais documentos definidos no processo de elaboração da Política Pública de Saneamento e do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico. O Comitê de Coordenação será responsável pela coordenação e acompanhamento do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), e terá a seguinte composição:

I- Representantes do Poder Executivo:

- Representante da Secretaria Municipal de Saúde
- Representante da Secretaria Municipal de Obras.

II- Representante do Poder Legislativo:

- Um representante indicado pela câmara.

III - Representante da Sociedade Civil:

- Um representante indicado pelas instituições da sociedade civil organizada.

IV- representantes de outras instituições:

- Representante da Funasa, se for o caso;
- Representante da consultoria contratada, se for o caso.

O primeiro passo para a elaboração do PMSB é a instalação desses comitês e em seguida a aprovação do Plano de Trabalho.

4.1 COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS/RN

No quadro abaixo segue a composição do comitê de coordenação do município de Bom Jesus/RN.

Quadro 2 - Membros do Comitê de Coordenação

N.	Nome	Formação	Cargo/Função	Contato
1	Marcela de Lima Delgado	Enfermeira	Coordenadora do meio ambiente	(84) 99674-2636
2	Felipe Augusto Ribeiro Figueredo	Enfermeiro	Secretário Municipal de Saúde	(84) 98716-7098
3	Camila Vasconcelos de Arruda Oliveira	Nutricionista	Coordenadora geral de saúde	(84) 98835-6511
4	Allana Milena Leandro Diogo Silvestre	Enfermeira	Coordenadora da atenção básica	(84) 98883-6942
5	Elizabeth Vasconcelos de Arruda Oliveira	Assistente Social	Secretária Municipal de Assistência Social	(84) 98742-1330
6	Janilton Rodrigues Ataíde Filho	Ensino médio completo	Secretário Municipal de Obras	(84) 98839-6466
7	Altemar Douglas Bezerra de Azevedo Silva	Pedagogia	Secretário Municipal de Educação	(84) 98822-2547
8	Marcos Antônio Salvador	Físico	Coordenador de vigilância sanitária	(84) 98819-5229

A composição do comitê de execução está descrito no quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Membros do Comitê Executivo

N.	Nome	Formação	Cargo/Função	Contato
1	Marcela de Lima Delgado	Enfermeira	Coordenadora do meio ambiente	(84) 99674-2636
2	Janilton Rodrigues Ataíde Filho	Ensino médio completo	Secretário Municipal de Obras	(84) 98839-6466
3	Marcos Antônio Salvador	Físico	Coordenador de vigilância sanitária	(84) 98819-5229
4	Debora Cristina de Souza Peixoto	Enfermeira	Enfermeira	(84) 98741-6599
5	Altemar Douglas Bezerra de Azevedo Silva	Pedagogia	Secretário Municipal de Educação	(84) 98822-2547
6	Nadson Tales Lins	Educador físico	Educador físico	(84) 98602-8065
7	Francisco das Chagas Azevedo	Secretário Municipal de Agricultura	Secretário Municipal de Agricultura	(84) 3253-2209
8	Allandson Leandro Diogo	Estudante de engenharia civil	Estagiário de engenharia civil	(84) 98759-5831
9	Ivanca de Medeiros Dantas	Estudante de engenharia ambiental	Estagiária de engenharia ambiental	(84) 99930-3241
10	João Maria Gomes de Azevedo	Operador de sistemas	Chefe de escritório da Caern Bom Jesus/RN –	(84) 3253-2509
11	Romildo Bezerra da Silva	Ensino médio completo	Coordenador de coleta de lixo	84 99165-2323
12	Felipe Augusto Ribeiro Figueredo	Enfermeiro	Secretário Municipal de Saúde	(84) 98716-7098
13	Camila Vasconcelos de Arruda Oliveira	Nutricionista	Coordenadora geral da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social	(84) 98835-6511

5. REUNIÕES DE PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

Para a execução das ações de mobilização, em todas as etapas de elaboração do PMSB, faz-se necessário que as atividades sejam muito bem planejadas. Para isso, serão realizadas reuniões de planejamento dessas ações.

- **Reuniões com o Conselho Executivo**

Momentos para orientação, discussão, avaliação, deliberação sobre a condução das atividades inerentes à elaboração do plano. O Conselho Executivo deverá tomar todas as providências para garantir o bom andamento das atividades, possibilitando a ampla participação da população; também deverá facilitar a articulação com os diversos órgãos e instituições envolvidos no processo, na busca de informações e multiplicando conhecimentos necessários à elaboração do PMSB do município. Deve ainda definir o cronograma das atividades, os locais de realização, o material que será utilizado na divulgação e na mobilização da população, os materiais que serão utilizados nas oficinas, reuniões, assim como a logística necessária para a realização dos eventos em cada setor do município.

Objetivo: As reuniões terão o caráter de organização, orientação, de articulação dos conhecimentos e de deliberação sobre etapas, atividades e produtos do PMSB, além de definir responsáveis para o bom andamento das atividades previstas no Plano de Trabalho.

Metodologia a ser adotada:

- Apresentação de agenda pré-estabelecida;
- Orientação sobre o desenvolvimento dos trabalhos: metodologia e conteúdo;
- Discussão de problemas surgidos no desenvolvimento dos trabalhos;
- Exposições complementares e específicas sobre temas que demandem decisões articuladas das diversas áreas da Prefeitura para o desenvolvimento dos serviços, bem como acerca de propostas sobre alternativas envolvendo o prosseguimento dos trabalhos, bem como sobre orientações requeridas para a execução do Plano;
- Aprovação e deliberação sobre assuntos, temas e documentos apresentados;

- Sistematização das decisões através de registro documental, além de relatório fotográfico da reunião (Prefeitura Municipal de Natal/Start, 2014).

Responsáveis pelas Reuniões do Conselho Executivo:

As reuniões serão conduzidas pelo coordenador do Conselho a quem caberá organizar, sistematizar e fazer cumprir a agenda pré-estabelecida. O coordenador nomeará um secretário para o registro das decisões em relatório ou documento equivalente e para o relatório fotográfico (Prefeitura Municipal de Natal/Start, 2014).

As reuniões com o Conselho Executivo serão ordinariamente mensais, podendo ser realizadas extraordinariamente quantas forem necessárias, de acordo com a conveniência e a necessidade do trabalho.

6. METODOLOGIA DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

6.1 ATORES SOCIAIS E PÚBLICO ALVO

Para o sucesso da mobilização social, tendo como objetivo a participação na elaboração de políticas públicas, a primeira ação a ser feita é a identificação dos atores sociais e a caracterização do público alvo.

6.1.1 Atores Sociais

Entre os atores sociais destacam-se:

- Poder Público: é o conjunto de órgãos com autoridades para realizar os trabalhos do Estado. Também chamados de Poderes Políticos, no sentido amplo, representa o próprio governo, no conjunto de atribuições, legitimadas pela soberania popular. Ainda fazem parte do poder público as instituições do Legislativo e do Judiciário;
- Imprensa/meios de comunicação: são fontes de publicidade e notícias que colaboram com o exercício do controle social sobre o processo, assim como na mobilização social;
- Associações da Sociedade Civil Organizada: organizações e instituições cívicas voluntárias que formam a base de uma sociedade em funcionamento;
- Lideranças comunitárias: envolvem influência, poder e intervenção nas tomadas de decisões públicas, em uma ou mais esferas de atividades;
- Lideranças religiosas: assim como as lideranças comunitárias as lideranças religiosas exercem influência, poder e intervenção nas tomadas de decisões públicas, em uma ou mais esferas de atividades.

Os atores e parceiros irão auxiliar no processo de divulgação e das ações de mobilização social, bem como na transmissão dos conhecimentos adquiridos durante o processo.

No município de Bom Jesus/RN foram identificados os seguintes atores sociais (Quadro 4) que podem protagonizar papeis importantes na elaboração do PMSB:

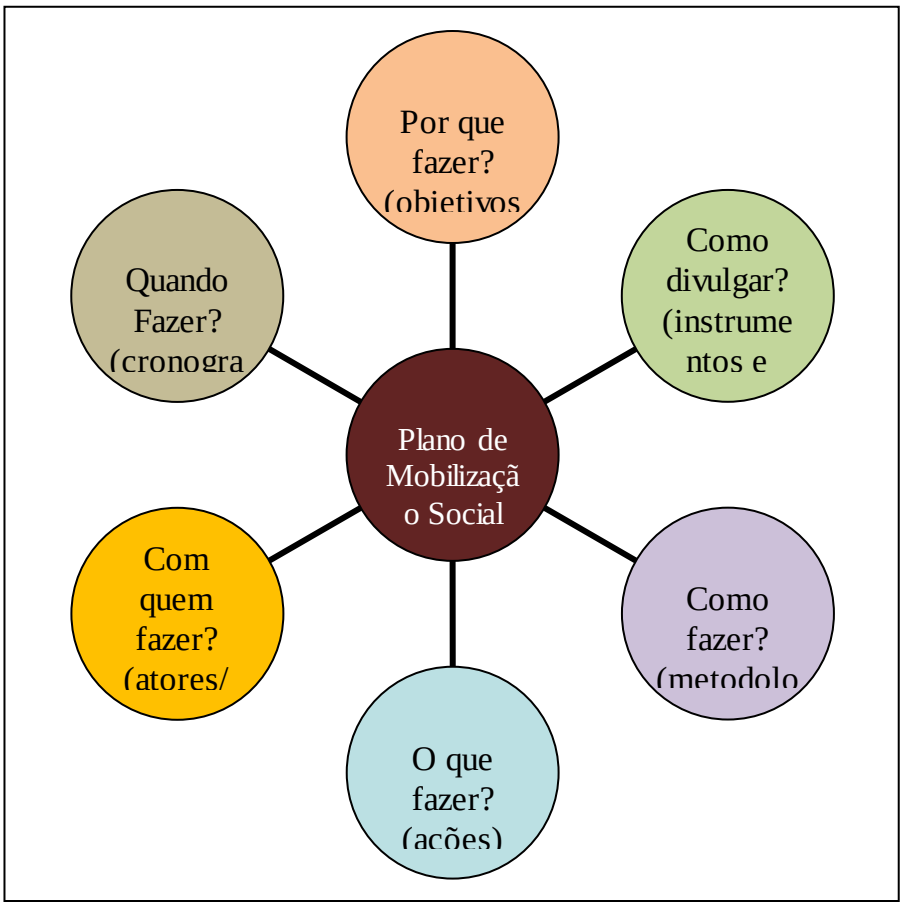
Quadro 4 - Atores sociais identificados no município de Bom Jesus/RN.

Instituição	Localização (Sede ou Comunidade Rural)	Responsável/ Representante	Contato
Secretaria municipal de saúde	R. Manoel Andrade, n 12	Felipe Augusto Ribeiro Figueredo	(84) 32532106
Secretaria municipal de trabalho, habitação e assistência social	R. Manoel Andrade	Elizabeth Vasconcelos De Arruda Oliveira	(84) 32532206
Secretaria municipal de agricultura	R Antônio Marques	Francisco das Chagas Azevedo	(84) 32532209
Secretaria municipal de educação	R. Manoel Andrade	Altemar Douglas Bezerra de Azevedo Silva	(84)325324 34
Secretaria de indústria e comercio	R. Manoel Andrade	Gotardo Paulo de Azevedo	(84) 32532206
Secretaria municipal de obras e serviços urbanos	R. Manoel Andrade	Janilton Rodrigues de Ataíde Filho	(84) 32532209
Secretaria municipal de administração	R. Manoel Andrade	Carpegiane Alves de Assis	(84) 32532209
Blog 100% Bom jesus	R. Vinicius Garcia Freire	Edylon Santos	(84) 987216103

O envolvimento da população torna-se o foco central da mobilização social. Para isso a identificação das parcerias é fundamental, bem como dos espaços de mobilização já existentes no município. Assim, a execução do Plano de Mobilização deve promover a conscientização dos diferentes atores sociais sobre o seu papel na elaboração do PMSB.

O PMS será realizado com o foco em responder as questões apresentadas na Figura 02, definindo os objetivos, as estratégias, a metodologia, as ações, os atores e o cronograma para garantir o envolvimento da população como um todo (Figura 02).

Figura 02: Diagrama do Plano de Mobilização Social



Fonte: FUNASA, 2012.

6.1.2. Público Alvo

Constitui o público alvo para a mobilização social todos os indivíduos que usufruem ou usufruirão de uma forma direta ou indireta dos sistemas de saneamento básico do município, seja o abastecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto, sistemas de drenagem urbana ou o manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana.

Assim, o público alvo desta proposta compreende a população do município de Bom Jesus/RN em sua totalidade. No entanto, parte das ações previstas tem como foco a sociedade civil organizada e instituições de interface com o tema, a saber: Conselhos Municipais da Cidade tais como de Saúde, Educação, e demais instituições ligadas ao Meio Ambiente, entidades representativas de bairros e/ou regiões do município etc.

No município de Bom Jesus/RN a população urbana é composta por 7.801 habitantes e a população rural é composta por 2.819 habitantes, tendo uma população geral de 10.620 habitantes atualmente, conforme descrito na tabela abaixo.

Nome da unidade de planejamento	Tipo de unidade de planejamento	Distância em relação à sede municipal Km	Coordenadas geográficas	Distribuição espacial das residências		Nº de residências			População		
				Aglomerada <50 m	Dispersa > 50 m	Urbana	Rural	Data da contagem	Urbana	Rural	Data da contagem
CENTRO	SEDE	0		X		**3 543**	**-**	**08/12/2016**	7 801	-	08/12/2016
29	RURAL	6		X		-	54	12/12/2016	-	128	12/12/2016
LAGOA DO MEL	DISTRITO	2,5			X	-	128	09/12/2016	-	499	09/12/2016
SANTA CATARINA	DISTRITO	1,8			X	-	100	08/12/2016	-	329	08/12/2016
CAPIM	DISTRITO	3			X	-	110	09/11/2016	-	401	09/11/2016
BEZERROS	DISTRITO	10			X	-	43	12/12/2016	-	183	12/12/2016
GROSSOS	QUILOMBOLA	7		X		-	152	09/11/2016	-	463	09/11/2016
PASSAGEM COMPRIDA	QUILOMBOLA EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO	4			X	-	58	09/12/2016	-	161	09/12/2016
PAVILHÃO	QUILOMBOLA	5			X	-	32	09/12/2016	-	85	09/12/2016
PIABAS	DISTRITO	8			X	-	63	09/11/2016	-	219	09/11/2016
MALEITAS	DISTRITO	9			X	-	32	09/12/2016	-	102	09/12/2016
TANQUES	DISTRITO	4			X	-	52	08/12/2016	-	74	08/12/2016
MUQUEM	RURAL	7			X	-	31	12/12/2016	-	93	12/12/2016
LAMEIRO	RURAL	2			X	-	8	09/12/2016	-	32	09/12/2016
RIACHO FUNDO	RURAL	3			X	-	21	08/12/2016	-	50	08/12/2016

Fonte: Fonte: Prefeitura Municipal de Bom Jesus/Secretaria Municipal de Saúde, 2016.

6.2 ETAPAS DA EXECUÇÃO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO

Despois de constituídos os comitês, identificados os atores sociais e identificadas as características gerais da população, faz-se necessário realizar a setorização do município, definir os espaços de participação e os canais de comunicação.

6.2.1 Setorização Municipal

A elaboração do Plano de Mobilização Social ocorre na fase inicial do PMSB, quando serão planejadas todas as medidas aplicadas ao longo de todo o período de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, visando garantir a efetiva participação social. Assim, a Setorização dos municípios garante a participação social da população na formação do Plano.

A Mobilização Social deverá prever os meios necessários para a realização de eventos (debates, oficinas, reuniões, seminários, conferências, audiências públicas, entre outros), garantindo que tais eventos alcancem no mínimo as diferentes regiões administrativas e distritos afastados de todo o território municipal.

Para isso, sugere-se organizar o município em Setores de Mobilização, os quais seriam locais planejados para receberem eventos participativos, sendo distribuídos pelo município de forma a promover a presença da comunidade. Esta Setorização consiste na divisão territorial a partir de áreas que variam de acordo com afinidades e proximidades entre as comunidades, bairros ou distritos, no intuito de uma melhor abordagem e organização da população para viabilizar a participação social.

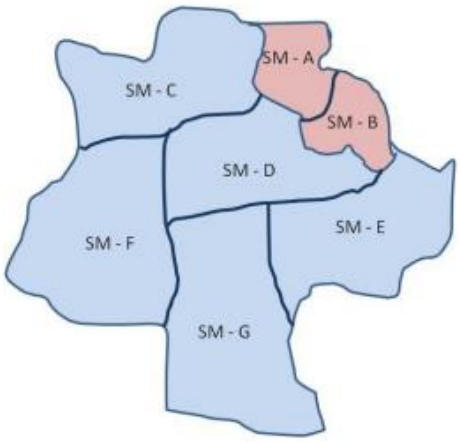
Setores de Mobilização (SM) são agrupamentos de comunidades, bairros, distritos etc., usados como unidade de planejamento para a mobilização social. São os locais onde serão realizados os eventos para discussões e participação da comunidade em cada fase da elaboração do PMSB (diagnóstico, prognóstico, plano de ação e conferência) (BRASIL, 2012).

A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) considera que para cada setor de mobilização social devem ser feitos no mínimo três eventos, coerentemente com os objetivos de cada fase do PMSB. A seguinte forma é aconselhada: um evento para a fase de diagnóstico, outro para a fase de prognóstico, mais um para as fases de priorização de objetivos e/ou programas e, ainda, uma conferência municipal. Esta conferência deverá ter a

representação de todos os setores do município, as organizações e cidadãos que residem nos setores de mobilização.

A Figura 03 demonstra o modelo de setorização, a partir da divisão territorial do município, de acordo com Termo de Referência da Funasa.

Figura 03: Setores de Mobilização Social



Setores de Mobilização Social

Setores de Mobilização	Numero de eventos setoriais
SM - A	3
SM - B	3
SM - C	3
SM - D	3
SM - E	3
SM - F	3
SM - G	3

Território total	Numero de conferências municipais
Conferência municipal	1

Fonte: Termo de Referência da Funasa (2012)

A setorização garante a inserção das perspectivas e aspirações da sociedade, seus interesses múltiplos e a apreciação da efetiva realidade local para o setor de saneamento que serão discutidas nos eventos, procurando sempre resultar em consensos mínimos em relação ao que for decidido.

O Termo de Referência da FUNASA, para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, apresenta os seguintes objetivos para a participação social da população na formação do Plano:

- Para a sociedade, sensibilizar-se para a importância de investimentos em saneamento básico, os benefícios e vantagens; conscientizar-se para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos naturais e envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas de salubridade ambiental e saneamento básico, e suas implicações.

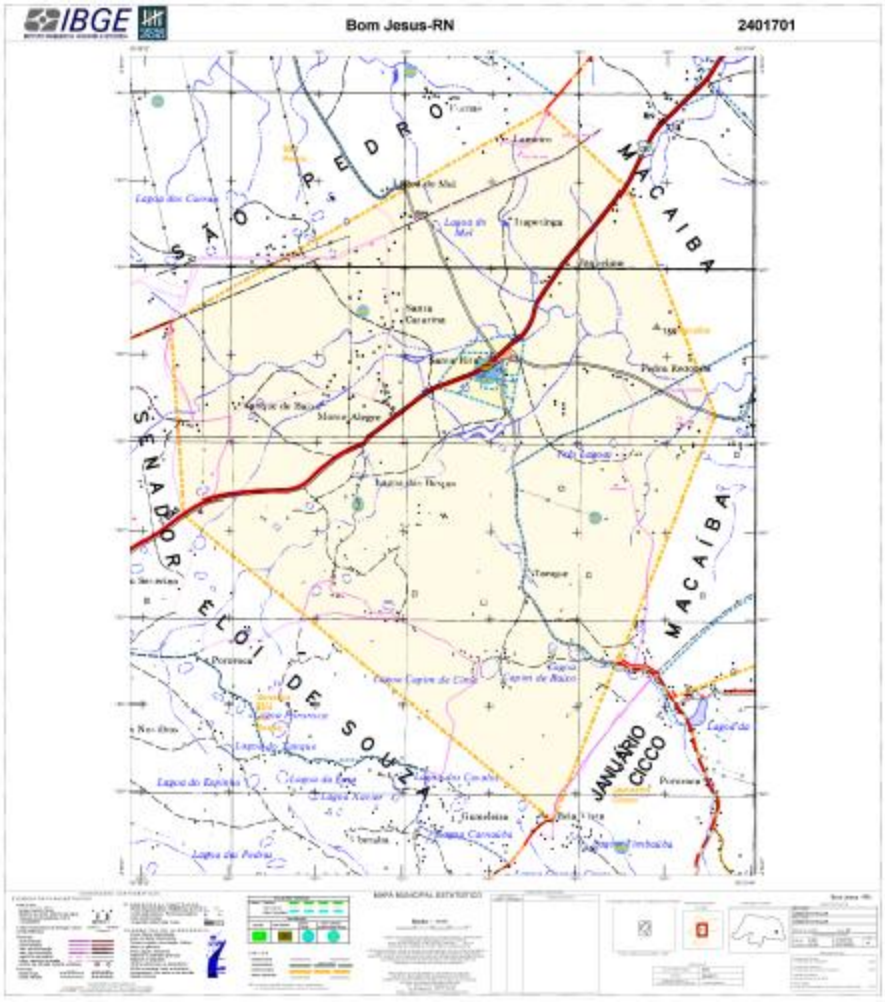
- Para gestores e técnicos municipais: sensibilizar-se para o fomento das ações de educação ambiental e mobilização social, de forma permanente, com vistas a apoiar os programas, projetos e ações de saneamento básico a serem implantadas por meio do PMSB.
- E, por fim, para garantia das aplicações: considerar as necessidades reais e os anseios da população, levando em conta o ponto de vista da comunidade no levantamento de alternativas de soluções de saneamento para a hierarquização da aplicação de programas e seus investimentos.

Diante disso, e tomando como parâmetro o Projeto de Apoio Técnico para Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, realizado a partir do convênio entre a UFRN e a FUNASA, que atenderá 86 municípios do estado do Rio Grande do Norte, a setorização será realizada da seguinte forma:

1. Nas oficinas, os responsáveis pela construção dos Planos Municipais de Saneamento Básico, juntamente com seus coordenadores (responsáveis por apoiá-los), farão a setorização de acordo com os critérios estabelecidos pelo termo de referência e a realidade de cada município, no intuito de aproveitar suas experiências e o conhecimento empírico dos seus respectivos lugares;
2. A setorização será realizada com mapas municipais estatísticos do IBGE e serão impressos em tamanho A1, contendo diversas informações como a localização e identificação de comunidades e de centros urbanos, estradas, aspectos físicos (bacias hidrográficas, relevo etc.), entre outras características e especificidades que subsidiarão a realização da setorização. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estes mapas "são bases cartográficas elaboradas para os trabalhos de recenseamento e apresentam, além do limite do município em questão, os limites dos setores censitários - menor unidade de espaço para os dados a serem levantados".

Em relação aos dados encontrados na base cartográfica (Figura 04), podem-se destacar os elementos planimétricos, como: as edificações, linha transmissora de energia, linha telefônica, rodovias; elementos altimétricos e elementos da hidrografia, como: cursos d'água e poços. As escalas dos mapas variarão de acordo com o tamanho dos limites territoriais dos municípios, para que as informações tenham representatividade em termos visuais.

Figura 04: Base Cartográfica com informações municipais

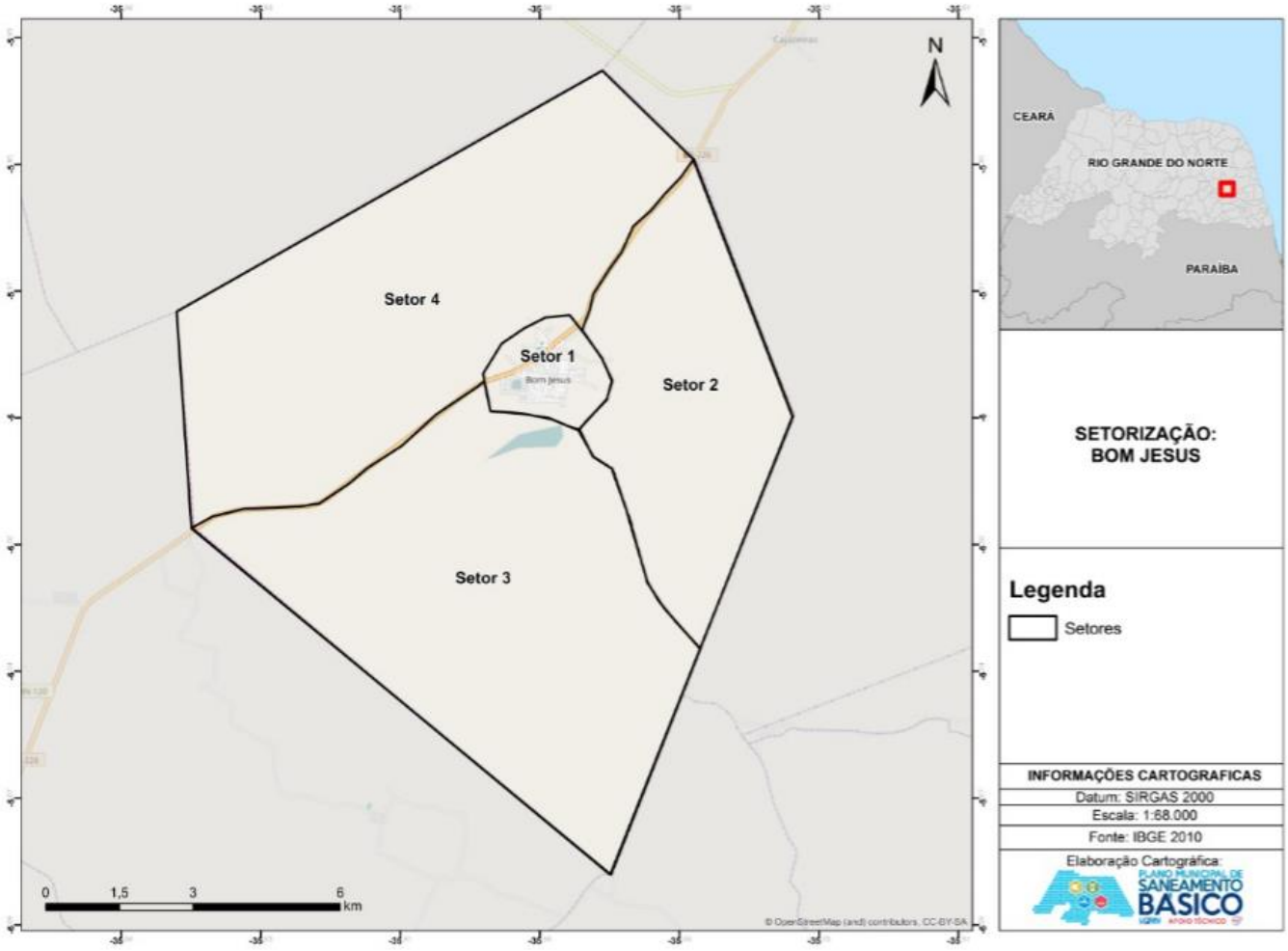


Fonte: IBGE (2010)

3. As informações sobre a setorização, obtidas com os representantes dos municípios serão cartografadas de maneira mais precisa e com informações atualizadas de sua população. Para este momento, será usado o geoprocessamento como instrumental tecnológico que permitirá sistematizar e espacializar as informações dessa setorização. Esse procedimento será realizado em laboratório, onde serão vetorizados todos os setores criados pelos gestores e/ou técnicos acompanhados de seus coordenadores em cada grupo de municípios.
4. Posteriormente, os mapas criados a partir das informações obtidas pelos coordenadores de grupos com os municípios servirão de base para as ações e atividades do Plano de Mobilização Social. Este plano é uma orientação e um incentivo aos diferentes atores sociais para a realização de ações pautadas pelo diálogo com os órgãos públicos de interesse sobre a importância do saneamento básico. As

atividades sugeridas pelo Plano de Mobilização Social são um convite à participação efetiva da sociedade no controle social das ações deflagradas e através dos mapas obtidos auxiliarão na efetivação da participação social.

Com o trabalho realizado em parceria entre a equipe do município e a equipe de apoio técnico da UFRN obteve-se o seguinte resultado da setorização do município de Bom Jesus/RN, conforme o Mapa 01 e o Quadro 05.



Quadro 05 - Setores de Mobilização Social do Município de Bom Jesus/RN

Setor de Mobilização	Comunidades Participantes	População estimada
Setor 1	Zona urbana	7.801
Setor 2	Grossos, Passagem comprida, Pavilhão e Bezerros	892
Setor 3	Maleitas, Piabas e Capim	722
Setor 4	Vinte e nove, Lameiro, Lagoa do Mel, Riacho Fundo, Santa Catarina, Tanques e Muquem	1205

- **Infraestrutura dos Setores de Mobilização**

Para garantir a participação, em cada Setor de Mobilização acontecerão reuniões (oficinas), para exposição de etapas do plano e discussão das mesmas com a população. A realização dessas atividades exige uma logística adequada, para que se possam atingir os objetivos de cada etapa da elaboração do Plano, com a efetiva partição da população.

Nesse sentido, fez-se necessário:

- Identificar e reservar locais de reuniões acessíveis à população, prevendo a quantidade e o conforto de participantes;
- Disponibilizar recursos materiais para operacionalizar as reuniões e a conferência (microcomputadores, retroprojetor, "flipchat", mapas impressos etc.);
- Disponibilizar recursos humanos para operacionalizar as reuniões e a conferência;
- Prever a contratação de lanche, água, café e almoço de acordo com o tamanho e objetivo da reunião e a realidade dos participantes;
- Prever deslocamento da população de áreas distantes ou outros bairros, com o aluguel de ônibus ou outro meio de transporte comum à região;
- Orçar todos os custos da infraestrutura

Foram levantados os locais disponíveis, em cada setor de mobilização, bem como a infraestrutura existente em cada um deles, de forma a suprir as necessidades acima estabelecidas, conforme Quadro 6.

Quadro 6 – Infraestrutura disponível nos setores de mobilização do município de Bom Jesus.

Setor de Mobilização	Local da mobilização	Capacidade do local	Contatos para agendar o local	Descrição da infraestrutura EXISTENTE (banheiros, estrutura para utilização de equipamentos audiovisuais)	Descrição da infraestrutura NECESSÁRIA (equipamentos audiovisuais, lanches, transporte)
Setor 1	Escola Municipal Alice Garcia Freire	3000 pessoas	(84) 98881-8962	Quadra poliesportiva com arquibancadas, tomadas, banheiros masculino e feminino, saída de emergência	Será necessário telão, *Datashow*, cadeiras para serem colocadas no centro da quadra para acomodar a população, banheiros, bebedouro
Setor 2	Escola Municipal Severina Azevedo de Oliveira	40 pessoas	(84) 3253-2434	Sala, cozinha, banheiros masculino e feminino e saída de emergência	Será necessário telão, *Datashow*, cadeiras para serem colocadas no centro da quadra para acomodar a população, banheiros, bebedouro
Setor 3	Escola Municipal Demétrio Soares	40 pessoas	(84) 3253-2106	Sala, cozinha, banheiros masculino e feminino e saída de emergência	Será necessário telão, *Datashow*, cadeiras para serem colocadas no centro da quadra para acomodar a população, banheiros, bebedouro
Setor 4	Escola Municipal Mãe Santa	40 pessoas	(84) 3253-2106	Sala, cozinha, banheiros masculino e feminino e saída de emergência	Será necessário telão, *Datashow*, cadeiras para serem colocadas no centro da quadra para acomodar a população, banheiros, bebedouro

- **Infraestrutura dos Setores de Mobilização**

Abaixo seguem as fotos dos locais da mobilização definidos no quadro acima.

Local de mobilização do setor 1 (quadra da Escola Municipal Alice Garcia Freire)

Local de mobilização do setor 2 (Escola Municipal Severina Azevedo de Oliveira)

Local de mobilização do setor 3 (Escola Demétrio Soares)

Local de mobilização do setor 4 (Escola Municipal Mãe Santa)

6.2.2 Sensibilização

Considerando que um dos objetivos do termo de referência da FUNASA relacionado à participação social na elaboração do PMSB é "sensibilizar a sociedade para a importância de investimentos em saneamento básico, os benefícios e vantagens", a escolha das estratégias para que isso se realize torna-se fundamental para a efetiva participação da população nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

Como se trata de um tema que faz parte do cotidiano das pessoas, porém com aspectos técnicos que as mesmas desconhecem, inicialmente é fundamental que sejam difundidas informações e esclarecimentos sobre a importância dos serviços para a melhoria da qualidade de vida da população. Todavia, isso não deve ser feito a partir de uma única linguagem nem através de uma comunicação verticalizada e tecnocrática.

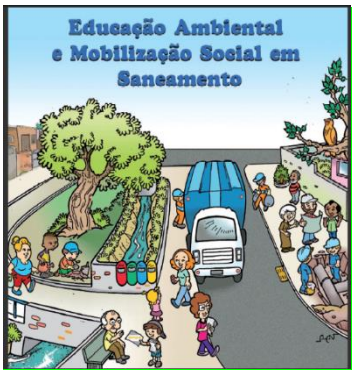
a) Difusão de informação

Para fazer com que as informações sobre o Projeto e a importância do saneamento básico sejam difundidas entre a população do município será realizada a divulgação de material na rede de ensino do município. Essa estratégia possibilitará que as informações atinjam a maioria das famílias, uma vez que a grande maioria das crianças e adolescentes estão inseridos na rede de ensino.

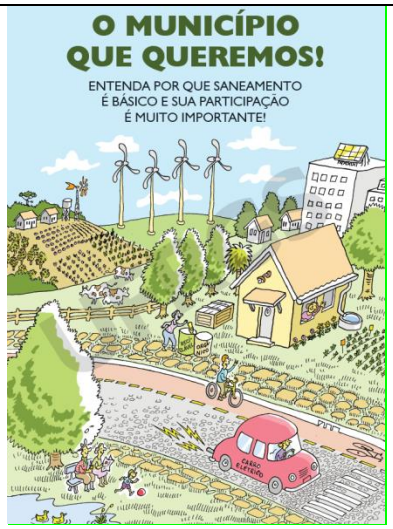
Para isso, o Comitê Executivo realizará visitas nas escolas do município distribuindo folder e cartilhas sobre a importância do saneamento básico e sobre o Projeto de elaboração do Plano Municipal. O folder terá que ser elaborado pelo Comitê Executivo e as cartilhas podem ser utilizadas as disponibilizadas pela Equipe de Apoio da UFRN (Figura 05).

Figura 05 - Cartilhas de educação Sanitária

Fonte: Ministério das Cidades



Fonte: Ministério das Cidades



Fonte: UFRGS

b) Oficina de Educação Sanitária

Esse evento será realizado em todos os setores de mobilização do município. Para isso deverá ser feita uma campanha de divulgação da oficina, com no mínimo 15 dias de antecedência, para que se tenha a participação do máximo possível de pessoas em cada setor de mobilização.

O objetivo dessa oficina é apresentar as atividades a serem desenvolvidas, a importância da participação e conceito de saneamento básico e seus componentes e as relações do saneamento básico com a saúde e o desenvolvimento social. Para tanto, deve se construir um ambiente descontraído, estimulando a participação de todos.

Como objetivos específicos essa oficina deve:

- Informar sobre a importância do PMSB, o desenvolvimento do trabalho e da metodologia proposta;
- Divulgar todos os eventos - etapas de reuniões por setores (SM) e conferência;
- Informações sobre a importância do levantamento de parceiros, formadores de opinião e lideranças locais, conselheiros municipais etc.;
- Informar a metodologia de coleta de demandas em formulário próprio durante a 2ª reunião do SM.
- Informar sobre a coleta de dados do Diagnóstico e dos Indicadores atuais e da necessidade de apoio das lideranças locais para esse trabalho.
- Informar que a pesquisa buscará dados sobre os serviços de saneamento prestados, a realidade local e atual, aspectos operacionais, aspectos legais, aspectos construtivos, fragilidades ambientais e necessidades;
- Relatar a metodologia dos trabalhos e se ocorrer pesquisa de campo com questionários porta a porta;

- Relatar sobre a sequência de eventos e sobre a metodologia de eleição de delegados para a Conferência Municipal;
- Incentivar o grupo a expor suas ideias;
- Sistematizar as falas construindo ideias que serão registradas em ata. Sugere-se nessa etapa a utilização do método de Tempestade de Ideias ou Explosão de Ideias (brain storm), a partir de questões levantadas pelo moderador da reunião para coletar as primeiras impressões do público (FUNASA; CREA-MG, 2013).

As oficinas de Educação Sanitária serão convocadas pelo Comitê de Execução com o apoio dos líderes comunitários, que devem ser convidados a envolver-se no processo de elaboração do PMSB, e contará com a colaboração de professores e diretores das escolas localizadas nos setores de mobilização. Nesses espaços de debate e de disseminação de conhecimento os trabalhos deverão ser conduzidos pelos membros do Comitê de Execução.

Metodologia a ser adotada:

- Convocação da população através de carros de som, rádios comunitárias, facebook, e sites;
- Preparação do material a ser utilizado na oficina;
- Abertura dos trabalhos e apresentação da equipe;
- Esclarecimentos sobre os objetivos do PMSB e da oficina;
- Apresentação e discussão da metodologia a ser adotada na oficina;
- Apresentação sobre o saneamento, utilizando linguagem diversificada (pode ser apresentações artísticas)
- Criação de espaços democráticos de participação, com dinâmicas de grupo;
- Sistematização das participações através de registro documental e de relatório fotográfico.

O Quadro 7 apresenta de forma sintética as etapas do evento.

Quadro 7 – Desenvolvimento das atividades da Oficina de Educação Sanitária

Descrição de cada etapa do evento	**Moderador**	**Tempo de exposição**	**Material necessário para o desenvolvimento das atividades**
Abertura	Felipe Augusto Ribeiro Figueredo	15 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Apresentação dos conceitos de saneamento básico	Marcela Delgado	30 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
INTERVALO	INTERVALO	15 minutos	INTERVALO

Apresentação dos objetivos do Plano Municipal de Saneamento Básico	Felipe Augusto Ribeiro Figueredo	15 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Apresentação das metas e impacto biossocioeconômico	Felipe Augusto Ribeiro Figueredo	15 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Avaliação da oficina	Aberto à plenária	20 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
ENCERRAMENTO	ENCERRAMENTO		ENCERRAMENTO

6.2.3 Diagnóstico Técnico-Participativo do Saneamento Básico

Para se ter êxito nessa etapa e garantir a participação social, serão realizadas oficinas para apresentação e discussão junto às comunidades da situação atual dos sistemas de saneamento do município, seus pontos fortes e fracos identificados pelo Comitê Executivo e/ou apontados pelas comunidades, seja pelo preenchimento do questionário, seja por aqueles recepcionados pelos meios disponibilizados de comunicação direta via sítio eletrônico.

Para a realização dessa etapa do PMSB deverão ser definidos locais, data e horário da oficina.

Nas reuniões poderão também ser devolvidos os questionários. Caberá ao Comitê Executivo a confecção dos seguintes recursos para a divulgação dessas reuniões: folders e faixas (Vide Plano de Comunicação), bem como inserções em rádio. A distribuição dos folders será feita pelos agentes de saúde e estarão disponíveis em locais de grande circulação, juntamente com as faixas de divulgação, sendo esses locais identificados pelos Comitês (FUNASA; PM DE MATINHOS; AMPLA, 2013). de percepção da sociedade quanto aos serviços de saneamento básico local, aos quais serão juntados os encaminhados anteriormente, sendo posteriormente compilados e os resultados apresentados no Relatório de Diagnóstico em sua versão final (FUNASA; PM DE MATINHOS; AMPLA, 2013).

O Relatório de Diagnóstico Preliminar deverá ser disponibilizado dez dias antes do evento, impresso em local a ser definido pelo Comitê de Execução e disponível e acessível também em sítio eletrônico, para consulta e sugestões, para outras eventuais contribuições das comunidades. Poderão ser coletadas ainda antecipadamente contribuições, sugestões e recomendações sociais, em relação às possíveis soluções dos problemas e suas priorizações,

ficando divulgados os canais de comunicação e prazos de acatamento de manifestações posteriores (FUNASA; PM DE MATINHOS; AMPLA, 2013).

Durante os eventos serão recepcionadas as sugestões e críticas ao diagnóstico apresentados, de tal forma que, após a devida análise técnica, os pontos validados sejam agregados ao relatório final de diagnóstico dos sistemas de saneamento. É esperado que as manifestações da sociedade sejam na forma oral e escrita, uma vez que será incentivada a participação popular durante e após os eventos (FUNASA, PM DE MATINHOS, AMPLA, 2013).

O conteúdo dessa oficina de trabalho tem como base o Produto 3, ou seja, o Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômico-financeira e de endividamento do Município (B&B ENGENHARIA, 2013).

Posteriormente se procederá com a consolidação do Relatório de Diagnóstico, o qual deverá ser encaminhado para a equipe da UFRN, para a FUNASA e para o Comitê de coordenação que deverá proceder com a avaliação do diagnóstico realizado, assim como ser disponibilizado no site da Prefeitura ou outro espaço utilizado para tal fim.

O Quadro 8 apresenta de forma sintética as etapas do evento.

Quadro 8 – Desenvolvimento das atividades da Oficina de Diagnóstico Técnico-Participativo

Descrição de cada etapa do evento	**Moderador**	**Tempo de exposição**	**Material necessário para o desenvolvimento das atividades**
Abertura	Felipe/ Camila	05 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Apresentação do diagnóstico técnico-participativo	Marcos Salvador	20 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Problemas oriundos da falta de saneamento básico	Marcela Delgado	15 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Intervalos	--	15 minutos	
Monitoramento da água fornecida ao consumo humano - SISÁGUA	Marcela Delgado	15 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Necessidades a serem implantadas	Marcos Salvador	15 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada

Encerramento	Felipe/ Camila	05 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada

6.2.4 Prognósticos e alternativas para o Saneamento Básico

Essa etapa será realizada em cada Setor de Mobilização, usando como estratégia a organização de uma oficina. Esta fase envolve a formulação de estratégias para alcançar os objetivos, diretrizes e metas definidas para cada PMSB, incluindo a criação ou adequação da estrutura municipal para o planejamento, a prestação de serviço, a regulação, a fiscalização e o controle social, ou ainda, a assistência técnica e, quando for o caso, a promoção da gestão associada, via convênio de cooperação ou consórcio intermunicipal, para o desempenho de uma ou mais destas funções (PM DE CATOLÂNDIA; GERENTEC, 2014).

Uma vez definidos locais, data e horário, será de responsabilidade do Comitê de Execução a preparação dos seguintes recursos para a divulgação dessas reuniões: folders e faixas, bem como inserções em rádio e outros canais de divulgação de informações que se tenha disponível. A distribuição dos folders poderá ser feita pelos agentes de saúde e estarão disponíveis em locais de grande circulação, juntamente com as faixas de divulgação, sendo esses locais identificados pelos Comitês (FUNASA; PM DE MATINHOS; AMPLA, 2013).

Para elaborar as alternativas futuras é necessário o Estudo de Demandas. Este considera em geral dois componentes: população e uso ou produção "per capita" dos serviços de saneamento. Serão feitas projeções populacionais considerando o cenário mais provável de crescimento, bem como a situação atual da prestação dos serviços, determinando o "per capita" ou o definindo, caso não existam dados operacionais locais (PM DE CATOLÂNDIA; GERENTEC, 2014).

De acordo com FUNASA & CREA-MG (2013), nessa etapa deve-se:

- Levantar demandas setoriais para a fase do Prognóstico que serão posteriormente priorizadas na Conferencia Municipal;
- Considerar os anseios e as necessidades reais da comunidade;
- Considerar o impacto socioambiental e sanitário dos empreendimentos de saneamento existentes e futuros, visando à qualidade de vida;
- Considerar remoções habitacionais e ou demolições parciais (no caso de banheiros, por exemplo);
- Considerar indenizações e reassentamentos populacionais;
- Preocupar com as mudanças de hábitos da população e o impacto na cultura local;
- Preocupar com a isenção e a imparcialidade das ações;

- Informar que as demandas priorizadas na fase do Prognóstico estarão disponíveis no site da prefeitura e em local de grande visibilidade, por 10 dias, para consulta pública;
- Informar que as sugestões apresentadas posteriormente seguirão em formulário próprio, para a 4ª Reunião SM onde serão apreciadas, e, se aprovadas, incluídas;
- Traduzir as demandas elencadas em Programas, Projetos e Ações e Custos (entregues ao órgão responsável na 2ª etapa de reuniões), considerando a viabilidade técnica;

Durante os eventos serão recepcionadas as sugestões e críticas ao material elaborado, de tal forma que, após a devida análise técnica sejam ou não agregados ao relatório final de prognóstico dos sistemas de saneamento. O Relatório de Prognóstico Preliminar estará disponível por 10 dias antes do evento, num local predefinido pelo Comitê de Execução e disponível e acessível em sítio eletrônico para consulta e sugestões, para outras contribuições das comunidades (FUNASA; PM DE MATINHOS; AMPLA, 2013).

Posteriormente se procederá com a consolidação do Relatório de Prognóstico, o qual deverá ser encaminhado para a equipe da UFRN, para a FUNASA e para o Comitê de Coordenação, que deverá proceder com a avaliação do prognóstico realizado, assim como ser disponibilizado no site da Prefeitura ou outro espaço utilizado para tal fim.

O Quadro 9 apresenta de forma sintética as etapas do evento.

Quadro 9 – Desenvolvimento das atividades da Oficina de Prognóstico

Descrição de cada etapa do evento	Moderador	Tempo de exposição	Material necessário para o desenvolvimento das atividades
Abertura	Felipe Augusto/Camila Vasconcelos	05 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Abastecimento de água: problemas e possíveis soluções	Marcela Delgado	20 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Drenagem de águas pluviais: problemas e possíveis soluções	Marcos Salvador	20 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Resíduos sólidos: problemas e possíveis soluções	Marcos Salvador	20 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Intervalo	---	15 minutos	--
Esgotamento sanitário: problemas e possíveis soluções	Marcos Salvador	20 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa

			amplificada
Ações do plano de saneamento básico no município (curto, médio e longo prazo)	Marcela Delgado	15 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Discussão das necessidades da população	Marcela Delgado	20 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Encerramento	Felipe Augusto/Camila Vasconcelos	05 minutos	

6.2.5 Plano de Execução - Programas, Projetos e Ações

A mobilização da população será feita para garantir a participação social nessa etapa de elaboração do PMSB, com a realização de uma oficina em cada setor de mobilização do município. Nestes eventos serão apresentados e discutidos com a população o Plano de Ação para os sistemas, envolvendo os caminhos a serem adotados para execução dos programas, projetos e ações propostos pelo Comitê de Execução.

De acordo com Gerentec (2014, p. 40), antes de se propor projetos, programas e ações é necessário definir uma base comum de entendimento, a partir das seguintes definições:

- PRINCÍPIO: causa básica, aquilo de que decorrem todas as outras proposições. Ex.: direito humano a um ambiente saudável ou direito do cidadão aos serviços de saneamento básico.
- DIRETRIZ: conjunto articulado de instruções ou linha que dirige. Ex.: levar saneamento para todas as pessoas.
- OBJETIVO: é um ponto concreto que se quer atingir como, p. ex., a universalização dos serviços de esgotamento sanitário. Em geral, vem de uma diretriz mais ampla como saneamento para todos, ambiente saudável e sustentável.
- META: detalha e especifica como se pretende alcançar o Objetivo, em termos temporais e quantitativos. Logo, a meta deve ser específica, exequível e relevante. Além disso, deve ser mensurável e ter um prazo definido. Ex.: chegar a 100% do esgoto sanitário coletado e tratado em 2025.
- AÇÃO: especifica o que deve ser feito para se alcançar a Meta pretendida, logo detalha o que será executado, especificando como, quando e qual é o responsável

Nessa etapa da elaboração do PMSB e da efetiva participação da população, FUNASA & CREA-MG (2013) destacam que devem ter:

- Apresentação dos resultados finais do Diagnóstico, Indicadores iniciais e Prognóstico;
- Priorização das ações setoriais (Programas, Projetos e Ações e Custos) para a aprovação final na conferência;

- Escolha ou eleição de delegados para participarem da conferência, de acordo com a proporcionalidade originada nas reuniões dos Setores de Mobilização, dentre o percentual de participantes maiores de 16 anos que assinaram a lista de presença;
- Alertar que vereadores não devem ser eleitos delegados, mas devem participar de todas as etapas do processo opinando. Sugere-se convidá-los a participar do Comitê de Coordenação;
- Manter as discussões com mediação de conflitos, não permitindo que o momento se torne tenso ou com disputas acirradas para inviabilizar a condução do processo;
- Alertar que todo o Plano de Ação proposto será atendido a curto, médio ou longo prazo;

A princípio, como nas demais etapas com previsão de realização de atividades nos setores de mobilização, assim que estiverem definidos locais, data e horário, será de responsabilidade do Comitê de Execução a confecção de folders e faixas, bem como inserções em rádio, publicação em jornais locais, além da divulgação no site da Prefeitura Municipal ou outro espaço de divulgação dessa atividade. Da mesma forma que nas etapas anteriores a distribuição dos folders será feita pelos agentes de saúde e estarão disponíveis em locais de grande circulação, juntamente com as faixas de divulgação, sendo esses locais identificados pelo Comitê (FUNASA; PM DE MATINHOS; AMPLA, 2013).

Seguindo a mesma lógica da etapa anterior, durante os eventos serão recepcionadas as sugestões e críticas ao material elaborado, de tal forma que, após a devida análise técnica, sejam ou não agregados ao Plano. O Relatório do Plano estará disponível por 10 dias antes do evento, num local predefinido pelo Comitê de Execução e disponível e acessível em sítio eletrônico para consulta e sugestões, para outras contribuições das comunidades (FUNASA; PM DE MATINHOS; AMPLA, 2013).

Posteriormente, proceder-se-á com a consolidação do Plano, o qual deverá ser disponibilizado no site da Prefeitura ou outro espaço utilizado para tal fim e encaminhado para a equipe da UFRN, para a FUNASA e para o Comitê de Coordenação, os quais deverão proceder com a avaliação do mesmo.

O Quadro 10 apresenta de forma sintética as etapas do evento.

Quadro 10 – Desenvolvimento das atividades da Oficina do Plano de Execução

Descrição de cada etapa do evento	Moderador	Tempo de exposição	Material necessário para o desenvolvimento das atividades
Abertura	Felipe Augusto/Camila Vasconcelos	05 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Apresentação das ações setoriais (Programas, Projetos e Ações e Custos)	Marcela Delgado	20 minutos	Datashow, tela de projeção,

do saneamento básico			microfone, caixa amplificada
Apresentação dos resultados finais do diagnóstico do saneamento básico	Marcos Salvador	20 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Intervalo	--	15 minutos	--
Apresentação dos indicadores iniciais e Prognóstico do saneamento básico	Marcos Salvador	20 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Eleição dos delegados para a conferência municipal	Marcela Delgado/ Felipe Augusto/Camila Vasconcelos	20 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Encerramento	Felipe Augusto/Camila Vasconcelos	05 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada

6.2.6 Conferência Municipal do PMSB

Previamente à realização da Conferência Municipal, com a consolidação dos relatórios anteriores, já se terá uma noção de como ficará o PMSB. A realização dessa conferência tem por finalidade legitimar o processo, dirimir conflitos, anseios e aprovar programas, projetos e ações em saneamento para o município, devendo para isso:

- Apresentar as ações previstas para integrarem o PMSB, descritas e avaliadas técnica, econômica, social e ambientalmente;
- Elencar as prioridades do PMSB, por componentes, eleitas nos Setores de Mobilização;
- Manter as discussões com mediação de conflitos, não permitindo que o momento se torne tenso ou com disputas acirradas para inviabilizar a condução do processo;
- Alertar que todas as ações propostas serão atendidas a curto, médio ou longo prazo e quais serão essas propostas;
- Votar o regimento interno e a metodologia dos trabalhos;
- Distribuir os trabalhos em grupo, por componentes do Saneamento Básico ou outra metodologia para a priorização dos programas, projetos e ações;
- Apresentar os trabalhos de grupo na plenária da conferência para a priorização final.
- Apresentar dos resultados municipais priorizados – uso de recursos de mídia ou cartazes;

> • Participar representantes de todos os Setores de Mobilização, distribuídos entre delegados eleitos, Comitês de Coordenação e Executivo, autoridades locais e observadores[2];
> • Escolher espaço físico para abrigar todos os delegados eleitos na cidade e que preferencialmente possua salas para trabalhos de grupo (se as discussões acontecerem por componentes do Saneamento);
> • Eleger conselheiros municipais para acompanhamento de trabalhos futuros, mobilização visando aprovação da Lei, revisão do PMSB, estudo de indicadores de desempenho, preparação da próxima conferência em 4 anos;
> • Distribuição de delegados eleitos por Setores de Mobilização (FUNASA/CREA-MG, 2013, p. 29 e 30).

Todo o material que será utilizado na Conferência Municipal (programas, projetos e ações) ficará liberado para consulta, no site e na forma impressa em local a ser definido pelo comitê de Execução, permitindo a participação social com últimos comentários e sugestões.

O Comitê de Coordenação deverá indicar o local, dia e hora para realização do evento. A Conferência Pública para divulgação final do material completo do Plano Municipal de Saneamento Básico de Bom Jesus deverá ser amplamente divulgada, com antecedência de 15 dias da data do evento, num local predefinido pelo Comitê de Execução e disponível e acessível em sítio eletrônico para consulta e sugestões, para outras contribuições da população.

Para divulgação da Conferência Municipal, deverá ser confeccionado os seguintes recursos para a divulgação dessas reuniões: folders, cartazes e faixas, bem como inserções em rádio, jornal local, blogs, e qualquer outro meio de divulgação, incluídos atividades em escolas e igrejas. A distribuição dos folders será feita pelos agentes de saúde e estarão disponíveis ao público em locais de grande circulação, juntamente com as faixas de divulgação, sendo os locais identificados pelos Comitês (FUNASA, PM DE MATINHOS, AMPLA, 2013).

Por ser um evento único e final, com a participação de toda sociedade, recomenda-se que exista um planejamento para condução do mesmo, para tanto apresenta-se no Anexo I uma proposta de Regimento de Desenvolvimento da Conferência Municipal do PMSB (FUNASA, PM DE MATINHOS, AMPLA, 2013).

Após a realização da Conferência Municipal o Plano deve ser submetido para a aprovação em instância colegiada, que no caso do município de Bom Jesus serão cumpridos todas essas etapas o PMSB deve ser encaminhado para aprovação final.

[2] Observadores não foram eleitos. Mas serão aqueles parceiros, técnicos interessados, vereadores, outras autoridades, funcionários públicos ou qualquer cidadão que queira participar do processo. Eles têm direito a voz, mas, não votam.

O Quadro 11 apresenta de forma sintética as etapas do evento.

Quadro 11 – Desenvolvimento das atividades da Conferência Municipal

Descrição de cada etapa do evento	Moderador	Tempo de exposição	Material necessário para o desenvolvimento das atividades
Mesa de abertura	Felipe Augusto	15 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Ações técnicas, sociais, econômicas e ambientais que integram o PMSB	Marcos Salvador	40 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
	Intervalo		
Prioridades do saneamento básico para o município de Bom Jesus	Marcela Delgado	20 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Apresentação das ações e trabalhos realizados no município de Bom Jesus sobre o saneamento básico	Marcos Salvador	15 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Debate da mesa redonda sobre as ações do PMSB	Camila Arruda	30 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada
Encerramento	Clécio Azevedo	05 minutos	Datashow, tela de projeção, microfone, caixa amplificada

6.2.7 Cronograma das Ações Previstas

No Quadro 12 está definido os períodos de realização de cada etapa da mobilização da população, por setor de mobilização.

Quadro 12 – Cronograma das Atividades de Mobilização

ATIVIDADES	2017											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sensibilização												
Oficina de Diagnóstico												
Setor 1												
Setor 2												
Setor 3												
Setor 4												
Oficina de Prognóstico												
Setor 1												
Setor 2												
Setor 3												
Setor 4												
Oficina de Plano de Ação												
Setor 1												
Setor 2												
Setor 3												
Setor 4												
Conferência Municipal de SB												
Setor 1												
Setor 2												
Setor 3												
Setor 4												

6.2.8. Acompanhamento das Atividades Desenvolvidas

O registro de cada evento deve ser realizado através de atas, registro fotográfico, áudio e vídeo, e lista de presença. Sugere-se definir representantes para cada função acima descrita. Deve-se inserir modelos de lista de presença no plano de mobilização social.

Além dos registros descritos acima o Comitê Executivo deve elaborar relatórios mensais simplificados com documentação e registro de todos os passos e atividades, que serão apresentados posteriormente à FUNASA.

6.3 DEFINIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE MONITORAMENTO

Com o intuito de garantir a participação social após a elaboração do PMSB, faz-se necessário definir as formas de acompanhar a evolução das propostas formuladas no PMSB, através de índices de avaliação, envolvendo inclusive a participação da sociedade. Nessa perspectiva, deve-se:

- Constituir o Conselho de Saneamento Básico, ou designar tal atribuição à outro Conselho Municipal já existente - entidade de controle social, de caráter deliberativo, que monitora a implantação do PMSB, e será eleito na Conferência Municipal;
- Outra opção é constituir uma câmara técnica ou comissão de outra instância de Controle Social, por exemplo, Conselho de Saneamento, Conselho de Saúde ou Conselho de Habitação. O município deve fazer a melhor opção;
- Manter rotina de encontros permanentes, com metodologia própria para o monitoramento do PMSB (FUNASA/CREA-MG, 2013).

Definido o caráter e natureza da instância colegiada que realizará o acompanhamento da execução do PMSB, é necessário definir:

- Responsável pela produção dos indicadores de desempenho;
- Responsáveis e metodologia de revisão do PMSB;
- Responsável pelo monitoramento do Sistema de Informações.
- Responsável pela inclusão do PMSB no Plano Plurianual de Ações Governamentais – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Diretor Municipal, se for o caso; (FUNASA/CREA-MG, 2013).

No caso do município de Bom Jesus/RN, o monitoramento será realizado pelo Conselho de Saneamento Básico, o qual será formado posteriormente após a elaboração da lei municipal do saneamento básico.

7. COMUNICAÇÃO SOCIAL

No processo de mobilização social, mais do que sensibilizar as pessoas para a importância de planejar o saneamento básico municipal, é preciso mostrar que todas podem e devem contribuir na elaboração do PMSB. A comunicação surge como base fundamental para esse processo.

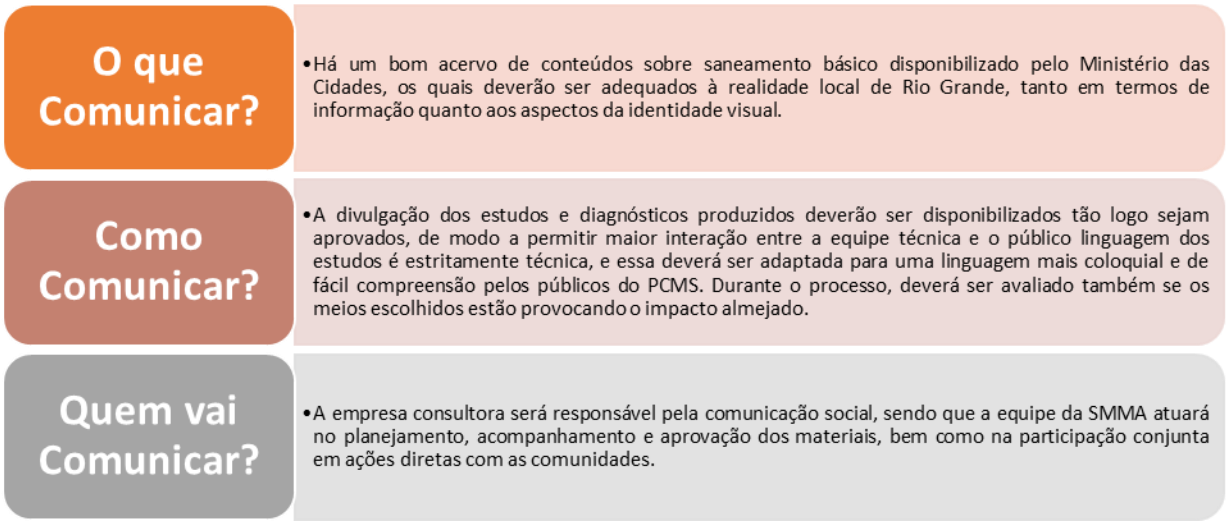
Tendo como premissa a participação da sociedade e a oportunidade de discussão criada aos cidadãos para que eles possam discutir aspectos relacionados ao saneamento básico, estão previstos no processo de elaboração do PMSB, o uso dos instrumentos de comunicação social. Esses instrumentos visam divulgar e mobilizar a população, em seus diferentes segmentos, para sua efetiva participação na construção do PMSB (ENGEPLUS, 2012).

Nesse sentido, para se efetivar a comunicação é necessário: Planejamento da Comunicação Social; Produção do Material Informativo; e Relacionamento com a Imprensa.

Para a convocação das pessoas deve-se em um primeiro momento planejar as atividades de comunicação social de forma a evitar o risco de um efeito contrário. De modo geral, a tendência dos indivíduos é de se afastar quando não conseguem compreender sua função e os propósitos da ação. Para tanto é necessário estabelecer reuniões de planejamento entre a equipe responsável pelo PMSB para delinear e responder as seguintes questões: (i) Por que comunicar; (ii) Para que comunicar? (iii) Com quem comunicar; (iv) O que comunicar; (v) Como Comunicar; (vi) Quem vai Comunicar (ENGEPLUS, 2012) (Figura 06).

Figura 06 - Questões fundamentais do planejamento da atividade de comunicação social

Por que Comunicar?	•Antes de produzir os materiais ou solicitar apoio dos veículos de imprensa é imprescindível que a equipe envolvida no processo tenha claro o que se pretende alcançar com tais iniciativas.
Para que Comunicar?	•O levantamento de metodologias em experiências de êxito quanto à participação social no município podem fornecer subsídios importantes quanto ao grau de participação nos planos já implementados, sendo que se o grau for muito baixo um dos objetivos da comunicação ou meta estabelecida deverá ser justamente o aumento do número de participantes.
Com quem Comunicar?	•O público-alvo do PCMS é toda a população residente no município, embora já tenham sido identificados públicos estratégicos, tais como a organizações de bairro, conselhos municipais, associações de recicladores etc., os quais serão alvo de estratégias específicas de comunicação e mobilização social.



Fonte: ENGEPLUS, 2012

Dessa forma, o Plano de Comunicação Social visa difundir informações sobre o saneamento básico e os impactos esperados com sua implantação e com as demais atividades que serão desenvolvidas, de modo a construir uma relação pautada na transparência e na confiança entre os entes envolvidos no processo buscando sempre a participação e a colaboração de todos durante a elaboração desse instrumento de planejamento denominado PMSB.

7.1 PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA A ELABORAÇÃO DO PMSB

A) Fases principais:

1. **Planejamento**: Nesta fase a comunicação será baseada no diálogo direto com o público alvo através de reuniões, oficinas e audiências públicas.
2. **Execução**: Momento de intensificação das informações junto ao público alvo. A comunicação nesta fase deverá ser garantida por mensagens prévias e contínuas à população. Publicidade direta através de impressos (panfletos, folders, cartazes, cartilhas), coletivas de imprensa e ou envio de releases aos órgãos de comunicação, através das redes sócias digitais, blogs, spots em rádios locais, faixas, carros de som etc. Além disso, não devemos desconsiderar os espaços tradicionais de divulgação nas cidades, tais como: igrejas, escolas, unidades de saúde e pontos estratégicos do comércio locais.

B) Estratégias de comunicação

A Lei No 11.445, de 05/01/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o **saneamento básico**, define o mesmo como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Assim, a **ÁGUA** será ressaltada em todo processo de comunicação como elemento principal da Comunicação e Mobilização. Isso porque a água é um elemento essencial para a vida, remete à pureza, é um bem escasso no nordeste brasileiro, e, sobretudo, porque deve ser um bem e um direito assegurado a todos.

7.1.1 Ações de Comunicação

Considerando que a elaboração do PMSB tem como pressuposto a participação da população ou das partes interessadas, de acordo com o Decreto n.º 7.217, de 21 de junho de 2010, a definição e o uso das mídias será de acordo com as orientações do Decreto.

Além disso, será levado em conta, no Planejamento, as diferenças entre uma comunicação vertical, isto é, de um lado os especialistas e representantes do poder público e, de outro, a população dos municípios.

Comunicação Vertical	Foco na palavra e nas informações das Instituições públicas e dos especialistas;
Comunicação Horizontal	Envolve as partes interessadas ao enfocar a transparência das informações e a interatividade entre pessoas e instituições.

Considera-se como ferramenta essencial no processo de comunicação para mobilização social, a escuta da população através de canais, quer seja nos momentos das audiências ou em espaços criados nas prefeituras (sala, site, ouvidoria, caixa de sugestões, dentre outros).

Além disso, o Plano de Comunicação será pensado e executado a partir da definição e uso de 3 mídias:

Primária	Secundária	Terciária
Pessoas - fala, visão, tato, etc.	Suportes- escrita e imagens.	Interativa – Rádio, TV, Computadores, Celulares, etc.
Em primeira dimensão e centrada no corpo.	Em segunda dimensão e centrada na extensão.	Nulo-dimensional, centrada na virtualidade e ou na convergência de dispositivos de comunicação.

A) Ação para a execução do Plano de Comunicação

A princípio será elaborado um cronograma de reuniões, conferências, oficinas e audiências públicas com as partes interessadas, considerando os seguintes aspectos:

I. A convocação deve ser precedida de convites impressos e eletrônicos para os órgãos envolvidos, como também, para a população em geral. Deve-se buscar parceria com órgãos da imprensa local/regional (rádios, jornais e blogs) para que o máximo de pessoas seja atingido e que possibilitem a comunicação com cidadãos não alfabetizadas.

II. Também será realizada a divulgação nas Mídias Sociais como Facebook e em aplicativos de comunicação digitais móveis como WhatsApp.

III. Os encontros devem ser registrados através de atas, fotografias, depoimentos em vídeo etc.

IV. Os documentos recebidos e elaborados serão armazenados em meios digitais, de preferência, em "nuvens" (Google Drive, OneDrive, dentre outros), para garantir um meio de armazenamento e suporte para as demais atividades previstas na elaboração do PMSB e também sirva de meio para disponibilização de arquivos para consulta pública (nos casos necessários).

B) Outras Ações Midiáticas

I. Definir local em cada setor de mobilização para informar sobre os PMSB (sala, computador e/ou mural fixo);

II. Criar, obrigatoriamente, espaço no site das Prefeituras - ou em sites próprios da elaboração dos PMSBs - para informar sobre as reuniões e para obter sugestões e críticas aos Planos;

III. Levantamento de blogs locais e órgãos de comunicação nos municípios;

IV. Uniformizar linguagem, cores e símbolos nas exposições e ao falar com a imprensa;

V. Monitoramento do assunto junto aos veículos de comunicação do RN e junto às Mídias Sociais.

C) Material de divulgação

Serão utilizados os seguintes materiais para a divulgação das informações:

I. Folder;
II. Cartilhas;
III. Spots para Rádios;
IV. Faixas;
V. Construção de uma Pagina Virtual (ou blog), ou utilização de sites das próprias prefeituras.

D) Ação e Execução

As ações de mobilização estão divididas em:

	Tipo da Ação
Ação 1	Sensibilização - Divulgação de Informação
Ação 2	Oficina de Educação Sanitária
Ação 3	Diagnóstico Técnico Participativo
Ação 4	Prognóstico
Ação 5	Plano de Ação
Ação 6	Conferência do PMSB

Para cada uma dessas etapas, serão utilizadas as seguintes estratégias de comunicação:

Ação 1 – SENSIBILIZAÇÃO

As estratégias de comunicação utilizadas nessa fase são as seguintes:

CARTILHAS: distribuição de cartilhas em escolas e comunidades dos municípios através dos Agentes Comunitários de Saúde para educação e sensibilização da importância do Saneamento Básico. As cartilhas utilizadas serão as que já foram indicadas anteriormente.

PÁGINA DE INTERNET: matérias, convites e informações publicadas no site oficial da Prefeitura ou em site próprio com informações que possibilitem a sensibilização da importância do Saneamento Básico como disponibilização de cartilhas e outros materiais similares.

Ação 2 - OFICINA DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Essa etapa será realizada em todos os setores de mobilização do município. Para isso deverá ser feita uma campanha de divulgação da oficina, com no mínimo 15 dias de antecedência, para que se tenha a participação do máximo possível de pessoas em cada setor de mobilização.

Para tanto, serão utilizadas as seguintes ferramentas para a divulgação:

a) Cartilha Ilustrativa

Serão utilizados modelos de cartilhas indicados no item 6.2.2.

b) Faixas e Cartazes

Nos locais onde forem realizadas as oficinas ou audiências, respeitando as leis do município relativas à colocação de faixas públicas, serão instaladas as faixas com frases e palavras motivadoras convocando a população local, bem como sinalizando a importância do Plano de Saneamento.

Os Cartazes Informativo (A3) tem por objetivo chamar a atenção da população para a importância do saneamento básico, assim como a realização de um Plano Municipal (modelo no anexo II), e serão fixados nos locais de maior circulação de pessoas, como em unidades de saúde, escolas, sede da Prefeitura etc.

c) Matérias e anúncios em jornais, informativos, redes sociais e site da Prefeitura Municipal: convidando a população para participar do processo.

d) Rádios: veiculação de spots de 30 segundos e/ou entrevista com os representantes municipais, nas Rádio locais. A proposta para veiculação do spot através da rádio, deve ser realizada com no mínimo 07 dias de antecedência, em inserções diárias.

Texto do Spot:

ATENÇÃO POPULAÇÃO DE BOM JESUS: PARTICIPE DA REUNIÃO PÚBLICA PARA DISCUTIR O SANEAMENTO BÁSICO DA NOSSA CIDADE// A GENTE QUER OUVIR SUA OPINIÃO SOBRE PROBLEMAS COMO ABASTECIMENTO DE ÁGUA / ESGOTO / ALAGAMENTOS/ LIMPEZA URBANA/ COLETA DE LIXO/ DENTRE OUTROS ASSUNTOS// A CIDADE SERÁ OUTRA COM A SUA PARTICIPAÇÃO! // A REUNIÃO ACONTECE NESTA DATA/ HORA/ NO LOCAL// PARTICIPE! ///

e) Alto falante móvel (moto ou carro de som): mídia habitualmente utilizada para veicular informação à comunidade. Indica-se spots de 30 segundos para divulgação em serviço de alto

falante móvel – moto ou carro de som, para toda área urbana e rural do município. Elaborar plano de acordo com a quantidade de reuniões programadas.

f) Convite aos representantes das Instituições: Os convites estão sob responsabilidade do Comitê de Execução, que deverá direcioná-los aos representantes das instituições, aos órgãos oficiais, concessionárias e prestadores de serviços ligados à questão ambiental, **via oficio ou e-mail.**

Ação 3 - DIAGNÓSTICO TÉCNICO PARTICIPATIVO

Nesta etapa, a comunidade local será convocada para estabelecer contato e tomar conhecimento da realidade sobre os serviços de saneamento municipal oferecidos à população. Nesta ação, o Comitê Executivo utilizará as seguintes ferramentas para divulgação das reuniões:

a) Faixa/Cartaz: por serem mídias frequentemente utilizadas para divulgação de eventos devem ser resumidas e dispostas conforme indicado na pesquisa de meios de comunicação, com a finalidade de promover a participação, informando a data, hora e local da reunião.

b) Panfletos/Folder: são mídias de fácil aceitação que terão distribuição estratégica, in loco, à população a partir de experiências anteriores, levando-se em consideração as especificidades locais. Esta ferramenta deverá fornecer informações como data, hora e local, a fim de convidar e incentivar a população a participar das reuniões.

c) Matérias e anúncios em jornais, informativos, redes sociais e site da Prefeitura Municipal: convidando a população para participar do processo.

d) Rádios: veiculação de spots de 30 segundos e/ou entrevista com os representantes municipais, nas Rádio locais. A proposta para veiculação do spot através da rádio, deve ser realizada com no mínimo 07 dias de antecedência, em inserções diárias (O texto do Spot será similar ao utilizado na etapa anterior).

e) Alto falante móvel (moto ou carro de som): mídia habitualmente utilizada para veicular informação à comunidade. Indica-se spots de 30 segundos para divulgação em serviço de alto

falante móvel – moto ou carro de som, para toda área urbana e rural do município. Elaborar plano de acordo com a quantidade de reuniões programadas.

f) Convite aos representantes das Instituições: Os convites estão sob responsabilidade do Comitê de Execução, que deverá direcioná-los aos representantes das instituições, aos órgãos oficiais, concessionárias e prestadores de serviços ligados à questão ambiental, **via oficio ou e-mail.**

Além dessas mídias, poderão ser criados espaços para que a população participe antes ou depois das reuniões como **formulários online e caixas de sugestões** instaladas em locais estratégicos e de grande circulação.

Já durante as reuniões, deverão ser utilizados microfones para que todos os presentes possam escutar as opiniões e todo conteúdo explicitado possa ser registrado em **gravador de áudio** para consulta posterior e registro em atas.

Ação 4 - Prognóstico

Para divulgação das reuniões para elaboração do Prognóstico serão utilizadas as mesmas ferramentas de divulgação das etapas anteriores

Nesta ação, o Comitê Executivo utilizará ferramentas para divulgação das reuniões, sendo elas: **folders, cartilhas e faixas**, bem como inserções em **rádio**, além da divulgação no **site da Prefeitura Municipal**, convidando o público alvo para participar da reunião/oficina.

Ação 5 - Plano de Ação

Uma vez definidos locais, data e horário das reuniões, será de responsabilidade do Comitê Executivo, providenciar a confecção dos seguintes recursos: **folders, cartilhas e faixas,** bem como inserções em **rádio**, além da divulgação no **site da Prefeitura Municipal**.

A distribuição dos **folders** deverá ser feita **pelos agentes de saúde** e podem estar disponíveis em locais de grande circulação, assim como as faixas de divulgação, sendo esses locais identificados pelos Comitês.

Nas reuniões, também devem ser utilizados microfones para que todos os presentes possam escutar as opiniões e todo conteúdo explicitado possa ser registrado em **gravador de áudio** para consulta posterior e registro em atas.

Também devem ser garantidos espaços de participação como **formulários e caixas de sugestões** instaladas em locais estratégicos e de grande circulação.

Ação 6 - Conferência Municipal do PMSB

As Conferências Públicas para divulgação final do material completo dos Planos Municipais de Saneamento Básico devem ser amplamente divulgadas, com antecedência de, pelo menos, **15 dias da data do evento,** ficando o material **disponível no site e impresso** para consulta em local a ser definido pelos Comitês.

Nesta ação, o Comitê Executivo utilizará ferramentas para divulgação da Consulta e Audiência Pública, sendo eles:

Faixa/Cartaz, Panfletos/Folder (distribuídos, in loco, à população utilizando agentes comunitários de saúde); **matérias e anúncios em jornais, informativos, redes sociais e site da Prefeitura Municipal**; envio de release (texto jornalístico) para **blogs e sites de notícias** da cidade e região; **rádios; alto falante móvel; convite aos representantes das instituições.**

Também deverão ser mobilizados **agentes sociais** (líderes religiosos, representantes de ONGs, sindicatos, dentre outros) para agirem como divulgadores da conferência.

Por fim, ressalta-se que todo esse planejamento deve ser pensado para atender as exigências das leis e decretos, proporcionando maior participação da população no processo de construção dos planos municipais de Saneamento Básico.

Para uma melhor visualização das ações e das estratégias de divulgação, no Quadro 13 encontra-se sistematizadas cada uma das ações.

Quadro 13 – Descrição das estratégias de divulgação

<table>
<tr><td colspan="4">Setor de Mobilização:</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Anuncio em Rádio</td><td colspan="3">Emissora(s):
87.9 FM – Rádio comunitária de Bom Jesus/RN</td></tr>
<tr><td colspan="2">Spot: A prefeitura municipal de Bom Jesus, por meio de suas secretarias, convida toda à população para Conferencia municipal do saneamento básico, que acontecerá na câmara municipal de vereadores, com o intuito de fazer, você cidadão, parte da construção do saneamento básico em nosso município.</td><td>Tempo de Spot:

20 segundos</td></tr>
<tr><td>Prazo:
10 dias antes do evento</td><td>Responsável:
Comitê executivo do PMSB</td><td>Custo da ação:
----------</td></tr>
<tr><td rowspan="5">Web</td><td colspan="3">Blog(s):
www.100%bomjesus.com.br; http://emerson-miguel.blogspot.com.br/</td></tr>
<tr><td colspan="3">Site da Prefeitura:
www.http://bomjesus.rn.gov.br</td></tr>
<tr><td colspan="3">Facebook:
Prefeito Clécio; Prefeitura bom Jesus/RN</td></tr>
<tr><td colspan="3">A prefeitura municipal de Bom Jesus, por meio de suas secretarias, convida toda à população para conferencia municipal do saneamento básico, que acontecerá na câmara municipal de vereadores, com o intuito de fazer, você cidadão, parte da construção do saneamento básico em nosso município.</td></tr>
<tr><td>Prazo
10 dias antes do evento</td><td>Responsável:
Comitê de execução do PMSB</td><td>Custo da ação:
----------</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Auto falante móvel</td><td>( ) bicicleta</td><td>( ) moto</td><td>(x) carro de som</td></tr>
<tr><td colspan="2">Spot:
A prefeitura municipal de Bom Jesus, por meio de suas secretarias, convida toda à população para Conferencia municipal do saneamento básico, que acontecerá na câmara municipal de vereadores, com o intuito de fazer, você cidadão, parte da construção do saneamento básico em nosso município.</td><td>Tempo de Spot:

20 segundos</td></tr>
<tr><td>Prazo: 10 dias antes do evento</td><td>Responsável: Comitê de execução do</td><td>Custo da ação:</td></tr>
</table>

		PMSB	R$500, 00
Faixas	Texto: Conferência municipal do Plano municipal de saneamento básico, faça parte! (400cm x 80cm)	Locais a serem colocadas: Locais de acesso(entrada) da cidade ; frente à escolas e unidades de saúde; frente aos prédios públicos.	Quantidade: 20 faixas
	Prazo 15 dias antes do evento	Responsável: Comitê de execução do PMSB	Custo da ação: R$600, 00
Convite formal aos representantes de instituições	Texto: A prefeitura municipal de Bom Jesus, por meio de suas secretarias, convida-o para Conferencia municipal do saneamento básico, que acontecerá na câmara municipal de vereadores, com o intuito de fazê-lo, parte da construção do saneamento básico em nosso município. Desde já agradecemos vossa disponibilidade.	Locais a serem enviados: Instituições públicas e privadas do município	
	Prazo: 07 dias antes do evento	Responsável: Comitê de execução do PMSB	
Jornal – Diário Oficia FEMURN	Texto: O município de Bom Jesus, informa que torna publico a versão preliminar do diagnóstico técnico participativo a população, pode ser encontrada no site da prefeitura municipal de Bom Jesus (www.bomjesus.rn.gov.br) e Blogs 100% BJ (www.bomjesus.blobspot.com.br) e Blog do Emerson Miguel (www.emerson-miguel.blogspot.com.br)		Quantidade: 1
	Prazo 10 dias antes do evento	Responsável: Comitê de execução do PMSB	Custo da ação: R$300,00

Folder e Panfletos	Texto formulado pelos membros do comitê executivo do PMSB de Bom Jesus/RN.	Locais a serem distribuídos: Distribuído pelos agentes de Saúde, Postos de Saúde, Secretaria de assistência social, Secretaria de Administração, Secretaria de Obras e no local do evento.	Quantidade: 1.500,00
	Prazo 7 dias antes do evento	Responsável: Comitê de execução do PMSB	Custo da ação: R$1.000, 00

8. PREOCUPAÇÃO COM A LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Considerando as características do Município de Bom Jesus/RN, o mesmo será divido por Setores de Mobilização - SM, de acordo com as especificidades da comunidade local (distritos urbanos e rurais, comunidades tradicionais, quilombos ou indígenas, bairros ou vilas próximos ou características comunitárias).

Para garantir a participação, em cada Setor de Mobilização receberão 04 reuniões (oficinas). A realização de todas essas atividades exige uma logística adequada, para que se possam atingir os objetivos de cada etapa da elaboração do Plano, com a efetiva partição da população.

Nesse sentido, fez-se necessário:

- Identificar e reservar locais de reuniões acessíveis à população, prevendo a quantidade e o conforto de participantes. Preferencialmente elas serão realizadas em horários noturnos ou finais de semana;
- Prever a contratação de lanche, água, café e almoço de acordo com o tamanho e objetivo da reunião e a realidade dos participantes;
- Prever deslocamento da população de áreas distantes ou outros bairros, com o aluguel de ônibus ou outro meio de transporte comum à região;
- Disponibilizar recursos humanos para operacionalizar as reuniões e a conferência;
- Disponibilizar recursos materiais para operacionalizar as reuniões e a conferência (microcomputadores, retroprojetor, "flipchat", mapas impressos etc.);
- Usar todos os recursos de mídia disponíveis (faixas, cartazes, veículos de som, panfletos, rádio, jornal etc.) e de endereços digitais (email, site oficial etc.) existentes.
- Orçar todos os custos da infraestrutura;
- Definir rubricas e cronograma de desembolso;
- Registrar todas as atividades em todos os eventos (fotográfico, ata de reunião e lista de presença - com endereço)
- Produzir relatórios mensais simplificados com documentação e registro de todos os passos e atividades, que serão apresentados posteriormente à FUNASA;
- Definir ou eleger um relator dentre os presentes da comunidade, para produzir ata de cada uma das reuniões, cujo modelo deverá ser disponibilizado;
- Planejar prazo de todos os eventos e elaborar um cronograma de atividades (o inicio dos trabalhos deverá ser divulgado com um mínimo de 20 dias);
- Planejar o site da Prefeitura (caso tenha site oficial) para receber informações sobre o PMSB e promover consultas públicas, preferencialmente, com regras estabelecidas por ato administrativo do prefeito municipal (FUNASA/CREA-MG, 2013).

QUADRO RESUMO DE REALIZAÇÃO DOS EVENTOS

O quadro apresentado a seguir mostra as atividades por tipo de evento que será realizado, mostrando a atividade, o meio de divulgação, os prazos e os responsáveis por cada atividade e os participantes.

ETAPA	ATIVIDADE		MEIO	Período de Realização	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES
DIAGNÓSTICO TÉCNICO		Oficina de Diagnóstico Técnico-Participativo	Explanação dos princípios do Diagnóstico Técnico-Participativo	Junho de 2017	Felipe Ribeiro e Camila Arruda	Felipe Ribeiro Camila Arruda Marcela Delgado Marcos Salvador

ETAPA	ATIVIDADE		MEIO	Período de Realização	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES
PROGNÓSTICO		Oficina de Prognóstico	Explanação dos princípios da oficina de prognóstico	Julho	Felipe Ribeiro Camila Arruda Marcela Delgado Marcos Salvador	Felipe Ribeiro Camila Arruda Marcela Delgado Marcos Salvador

ETAPA	ATIVIDADE		MEIO	Período de Realização	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES
PLANO DE AÇÃO		Desenvolvimento das atividades da Oficina do Plano de Execução	Explanação dos princípios do plano de ação de PMSB	Agosto	Felipe Ribeiro Camila Arruda Marcela Delgado Marcos Salvador	Felipe Ribeiro Camila Arruda Marcela Delgado Marcos Salvador

ETAPA	ATIVIDADE		MEIO	Período de Realização	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES
CONFERÊNCIA DO PMSB	Pré-Diagnóstico	Desenvolvimento das atividades da Conferência Municipal	Explanação áudio visual	Setembro de 2017	Felipe Ribeiro Camila Arruda Marcela Delgado Marcos Salvador Nadson Tales Carpegiane Alves Elizabeth Vasconcelos Janilton Rodrigues	
		Ações técnicas, sociais, econômicas e ambientais que integram o PMSB	Explanação áudio visual	Setembro de 2017	Marcos Salvador	
		Prioridades do saneamento básico para o município de Bom Jesus	Explanação áudio visual	Setembro de 2017	Marcela Delgado	
		Apresentação das ações e trabalhos realizados no município de Bom Jesus sobre o saneamento básico	Explanação áudio visual	Setembro de 2017	Marcos Salvador	
		Debate da mesa redonda sobre as ações do PMSB	Explanação verbal	Setembro de 2017	Camila Arruda	
		Encerramento	Explanação verbal	Setembro de 2017	Clécio Azevedo	

9. REFERÊNCIAS

AMPLA Assessoria e Planejamento. Plano Municipal de Saneamento básico. **Plano de Mobilização Social**. Prefeitura Municipal de MATINHOS, 2013

TORO, Jose Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização Social** - Um Modo de Construir a Democracia e Participação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Departamento de Articulação Institucional. **Educação ambiental e mobilização social em saneamento**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.

Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Termo de Referência para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno Metodológico para Ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento.** Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009, 100 p. Disponível em http://www.cidades.gov.br. Acesso em 17 out. 2013. http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/8c92b3fe2872c4bf89ba9889e1593515.pdf>.

BRASIL**. Lei 11.445, 5 jan. 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Publicado no DOU de 8.1.2007 e retificado no DOU de 11.1.2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. Organização Pan-Americana da Saúde. **Política e Plano de Saneamento Ambiental**: experiências e recomendações. 2 ed. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. 148 p. Disponível: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Peças Técnicas Relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2011. 244 p. Disponível: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2016.

B&B ENGENHARIA. Relatório de Diagnóstico da Situação da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico. Município de Várzea Paulista. 2013.

ENGEPUS, Engenharia e Consultoria. Plano de Comunicação e Mobilização Social. Prefeitura Municipal do Rio Grande (RS). 2012.

FUNASA; CREA-MG. Capacitação de Técnicos e Gestores para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – Plano de Mobilização Social. 2013.

FUNASA; PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS; AMPLA. Plano Municipal de Saneamento Básico. Matinhos - PR, 2013.

GERENTEC. Plano Municipal de Saneamento Básico para a Região do Médio São Francisco. Catolância, 2014.

Prefeitura Municipal de Belford Roxo. Plano de mobilização social para a elaboração do plano municipal de saneamento básico da cidade de Belford Roxo. Rio de Janeiro, 2013 (Relatório técnico).

Prefeitura Municipal de Juazeirinho. Plano Municipal de Saneamento Básico. Juazeirinho, 2016.

Prefeitura Municipal de Matinhos. Plano de Mobilização Social. Matinhos, 2013. Disponível em: <http://www.matinhos.pr.gov.br/prefeitura/pdf/planejamento/PlanodeMobilizacaosocial.pdf>. Acesso em 11 agos. 2016.

Prefeitura Municipal de Natal/Start. Apresentação do Plano Municipal de Saneamento Básico de Natal. Natal, 2014.